

Organizadores

Angela Pierre Vitória — UENF

João Bazzoli — UFT

John Jairo S. Ausique — UNAMA

Um caminho para institucionalização da Agenda 2030: Instituições em rede

17 PARCERIAS
E MEIOS DE
IMPLEMENTAÇÃO



1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



2 FOME ZERO
E AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL



3 SAÚDE E
BEM-ESTAR



4 EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE



5 IGUALDADE
DE GÊNERO



REDE
 ODS
BRASIL

EdUENF:

Editora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Conselho Editorial:

Leonardo Rogério Miguel; Maura Cunha; Sérgio Arruda de Moura;
Cláudia Lopes Prins; Roberto Trindade F. Júnior; Ana Bianca Rocha Miranda

Revisão:

Letícia Cunha Braga

Capa:

Maycon Lima Aguiar

© Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

*Os capítulos são de inteira responsabilidade dos autores

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

U48 Um caminho para institucionalização da Agenda 2030 : instituições em rede [recurso eletrônico] / organizado por Angela Pierre Vitória, João Bazzoli, John Jairo S. Ausique. – Campos dos Goytacazes, RJ : EdUENF, 2022.
Ebook
Formato: PDF.
ISBN : 978-65-87726-09-0.

1. Sustentabilidade. 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 3. Ações Institucionais. 4. Colaboração em Rede. I. Vitória, Angela Pierre (Org.). II. Bazzoli, João (Org.). II. Ausique, John Jairo S. (Org.).

CDD : 303.44

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
CAPÍTULO 1 – A REDE ODS COMO ESTRATÉGIA DE INTERNALIZAÇÃO DA AGENDA 2030 NO MACROPROCESSO DE INOVAÇÃO DA EMBRAPA	8
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	8
2. A EMBRAPA E A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA REDE ODS	10
3. INSTITUCIONALIZAÇÃO	13
4. FORMAÇÃO DA REDE ODS EMBRAPA – REPLICÁVEL.....	13
4.1. Linha do tempo no processo de internalização da Agenda 2030 na Embrapa	14
5. LIVES QUE REVISITARAM OS ODS NAS UDS DA EMBRAPA	19
6. AÇÕES DOS GTS TEMÁTICOS DA REDE ODS EMBRAPA – ANO 2021:	22
7. DESTAQUES DA EMBRAPA NA ONU, EM 2021 – FAZENDO A INTERIORIZAÇÃO DA AGENDA 2030:.....	25
8. ALGUNS EXEMPLOS DE TECNOLOGIAS DA EMBRAPA ALINHADAS AOS ODS	27
9. DESAFIOS FUTUROS.....	32
CAPÍTULO 2 – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA): RESPONSABILIDADE COM A VIDA	37
1. RESPONSABILIDADE COM A VIDA.....	37
2. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	38
3. CONTEXTO MARANHENSE.....	40
4. AGENDA 2030 NA UEMA.....	41
5. ASSESSORIA ESPECIALIZADA NA ARTICULAÇÃO DOS ODS NA UEMA	41
6. PLANO DE AÇÃO DOS ODS NA UEMA.....	42
7. COOPERAÇÕES INTERSETORIAIS	48
CAPÍTULO 3 – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – (UENF) E A AGENDA 2030	51
1. BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	51
2. AGENDA 2030 E O PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO (PLINTER).....	53
3. AÇÕES INSTITUCIONAIS NA GRADUAÇÃO	54
3.1. Revista PIBIC/UENF “Conhecendo a Ciência”	54
3.2. Núcleo de Acessibilidade Pedagógica da UENF (NAP-UENF)	57
3.3. Semanas acadêmicas	57
3.4. Empresas Juniores	57
4. AÇÕES INSTITUCIONAIS NA PÓS-GRADUAÇÃO	58
5. AÇÕES INSTITUCIONAIS NA EXTENSÃO	59

CAPÍTULO 4 – A FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” E A AGENDA ODS.....	62
1. BREVE HISTÓRICO E PERFIL DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” ...	62
2. A CONSTITUIÇÃO DO “FÓRUM FRANCA SUSTENTÁVEL” E ARTICULAÇÃO DE AÇÕES EM TORNO DA AGENDA 2030.....	64
3. AÇÕES EFETIVAS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” NA PERSPECTIVA DA AGENDA 2030.....	69
CAPÍTULO 5 – TRAJETO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGENDA 2030 TRILHADO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)	74
1. BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.....	74
2. O TRAJETO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS NA BUSCA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGENDA 2030.....	77
3. ANÁLISE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO: UFT/AGENDA 2030	84
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
CAPÍTULO 6 – FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES POPULARES.....	89
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	89
2. MATERIAIS E MÉTODOS	91
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	92
3.1. Em que consiste este Curso?	92
3.2. Qual é o objetivo do Curso?	92
3.3. Quais os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atividades da ação de extensão, já que as aulas, em decorrência da pandemia de COVID-19, estão sendo realizadas de forma remota?.....	92
3.4. Resultados	96
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99

PREFÁCIO

Esta publicação, ao tratar do tema institucionalização da Agenda 2030 por entidades e instituições relacionadas à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), destaca alguns dos meios necessários para a sua implementação. Além deles serem transversais aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), são essenciais para o cumprimento de suas metas. Por esse motivo, aos interessados na institucionalização da Agenda 2030, recomenda-se:

- Produzir conhecimento que qualifique o Desenvolvimento de Capacidades Locais e que desenvolva tecnologias inovadoras e disruptivas para solucionar os problemas complexos vivenciados pela sociedade em seus territórios.
- Produzir dados e tecnologias que possibilitem o acompanhamento do progresso da Agenda 2030. Esses dados devem ser desagregados e georreferenciados para dar visibilidade às desigualdades e, conseqüentemente, orientar a priorização de políticas destinadas às pessoas que estão mais atrás.

Nesse sentido, os atores do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), mostrados na figura 1 abaixo, têm um papel fundamental.

Figura 1 – Atores do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia



Fonte: Rede ODS Brasil (<https://www.redeodsbrasil.org/gt-cti>).

Para entender a estratégia de Institucionalização da Agenda 2030 no SNCTI¹, é necessário compreender as diretrizes estabelecidas para a articulação de seus atores, as quais propõem um modelo de governança visando ao engajamento e à corresponsabilização de todos os integrantes. Também se busca alinhar às ações empreendidas os princípios básicos, como: centralidade dos ODS no desenvolvimento científico e tecnológico dentro de um processo de transição para o desenvolvimento sustentável; sinergia entre esforços públicos e privados, em regime de colaboração; distribuição social dos benefícios da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico, com atenção às metas dos ODS; observância da Localização da Agenda 2030 no planejamento das ações de implementação dos ODS de modo a promover a redução das desigualdades regionais; internacionalização da ciência brasileira por meio do diálogo e da cooperação com a comunidade científica internacional para o alcance dos objetivos e das metas dos ODS; impactar a sociedade por meio de ações e práticas relacionadas às metas dos ODS e atualização sistemática e periódica da estratégia, considerando os aprendizados oriundos da implementação de seus mecanismos.

Ciente da importância da CT&I para a efetiva implementação da Agenda 2030 no país, a Rede ODS Brasil adota esta estratégia como base para o planejamento das ações do seu Grupo de Trabalho (GT) de CT&I. Dessa forma, esperamos instigar nossos membros também a adotar esta estratégia nas suas ações observando objetivos basilares, como: induzir e fomentar a adesão sistemática dos demais atores do SNCTI; articular uma rede de atores do SNCTI para fomentar a implementação desta estratégia; capacitar e engajar os atores do SNCTI com foco na implementação da Agenda 2030, especialmente por meio de parcerias; fomentar, promover e divulgar o reconhecimento de iniciativas relevantes de CT&I para o desenvolvimento sustentável; elaborar banco de impactos e boas ideias para as metas do ODS e elaborar mapa de ações e projetos relacionados aos 17 ODS.

¹ Produto da Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Foi elaborada por Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC e Rede ODS Brasil, com contribuições de: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. Disponível em: <https://www.redeodsbrasil.org/biblioteca>.

Portanto, esta publicação, elaborada pelo GT CT&I da Rede ODS Brasil, tem como objetivo dar visibilidade a algumas das iniciativas de institucionalização da Agenda 2030 que estão sendo desenvolvidas por diversos atores no SNCTI.

Patrícia Miranda Menezes
Cofundadora da Rede ODS Brasil

CAPÍTULO 1 – A REDE ODS COMO ESTRATÉGIA DE INTERNALIZAÇÃO DA AGENDA 2030 NO MACROPROCESSO DE INOVAÇÃO DA EMBRAPA

Selma Cavalcanti Cruz de Holanda Tavares¹

Valéria Sucena Hammes²

Tatiana Deane de Abreu Sá³

Yeda Maria Malheiros de Oliveira⁴

Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues⁵

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A finitude dos recursos naturais do planeta, o recrudescimento das desigualdades sociais, em particular com o advento da pandemia da Covid 19 – como evidenciam alguns documentos já gerados no âmbito da ONU e outros organismos em 2021 –, já se constituíam em uma enorme preocupação em 2015. Tal fato gerou a proposição da Agenda 2030 como desafio para o modelo econômico, social e ambiental sustentável e inspirou 193 países, entre os quais o Brasil, a estabelecer uma Agenda, com princípios, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os meios de implementação e o acompanhamento de 169 metas globais.

Os 17 ODS envolvem temáticas diversificadas, tais como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança e meios de implementação.

A Agenda 2030 é, portanto, um compromisso mundial de se viver bem, em paz e cuidar das gerações atuais e futuras, “sem deixar ninguém para trás”. Os cinco pilares da

¹ Pesquisadora da Embrapa Solos UEP Recife. E-mail: selma.tavares@embrapa.br

² Pesquisadora da Secretaria de Inteligência e Relações Estratégica da Embrapa. E-mail: valeria.hammes@embrapa.br

³ Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental. E-mail: tatiana.sa@embrapa.br

⁴ Pesquisadora da Embrapa Floresta. E-mail: yeda.oliveira@embrapa.br

⁵ Analista da Embrapa Tabuleiros Costeiros. E-mail: raquel.rodrigues@embrapa.br

sustentabilidade, conhecidos por 5Ps, e suas dimensões — Pessoas (social); Planeta (ambiental); Prosperidade (econômico); Paz e Parceria (institucionais) — são revolucionários e urgentes para um equilíbrio e um desenvolvimento sustentável em prol de sobrevivência da vida na Terra. O documentário “O que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU?” <https://www.youtube.com/watch?v=u2K0Ff6bzZ4> apresenta o momento histórico desse acordo mundial.

Os ODS exigem uma ação mundial entre os governos, as empresas e a sociedade civil para acabar com a pobreza e criar uma vida com dignidade e oportunidades para todos considerando os limites do planeta. Pessoas e instituições precisam atender a esse chamamento e elaborar estratégias de condutas e de planejamento para a internalização da Agenda 2030. Com foco nos 5Ps, em seus respectivos 17 ODS e metas que mais se alinhem ao dia a dia de cada um, é necessário um olhar de localização na Agenda 2030, em todos os processos, sejam de cunho particular, intelectual ou profissional.

A expectativa é de que cada governo, respeitada a sua soberania, estabeleça políticas públicas para o cumprimento de metas por meio de suas instituições governamentais (Federais, Estaduais e Municipais) em parceria com os demais setores da sociedade, de maneira que todas as organizações e pessoas exerçam sua responsabilidade social e cidadania, respectivamente, em prol do desenvolvimento sustentável.

O papel relevante das instituições de ensino e de pesquisa na formação de pessoas, para o alcance dos ODS, traz estrutura e firmeza para a alavancagem de soluções inovadoras com foco no desenvolvimento sustentável. O futuro depende das ações sustentáveis que executamos hoje. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir as bases com instituições eficazes, de acordo com o ODS 16, são caminhos estruturantes a serem percorridos.

Para as empresas, os ODS representam um grande desafio e uma excelente oportunidade de alavancar novos negócios. Contudo, para transformar os desafios em oportunidades, será preciso compreender de forma estruturada as implicações das novas metas para o setor produtivo. As instituições possuem um papel muito importante na consolidação da sustentabilidade e no cumprimento de todos os ODS. O conhecimento e a informação passam a ter grande importância no contexto geral e no alcance e apropriação de tecnologias, práticas, monitoramentos e medidas urgentes e reparadoras.

No período 2000-2015, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), seus resultados e alcances permitiram análise e aprimoramento de processos de monitoramento do atingimento de metas (Yonglong Lu *et al.*, 2015). A pesquisa agropecuária nacional se apresenta como forte aliada do Brasil e do planeta no alcance das metas estabelecidas nessa Agenda 2030. Por isso a Embrapa está em processo contínuo de mudança: a cada atualização do seu Plano Diretor, está vinculando sua atuação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, buscando diagnosticar a sua aderência/alinhamento às 169 metas dos 17 ODS (Figura 1).

Figura 1 – ODS: Juntos por um futuro sustentável



Fonte: <https://www.embrapa.br/group/intranet/ods>.

A Embrapa, sob a orientação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2016, verificou que sua missão possuía forte alinhamento a várias metas. Para dar cumprimento a este desafio, instituiu, em sua Sede, o Grupo de Trabalho (GT) ODS, com representantes de diferentes setores, que propôs a criação de uma Rede ODS Embrapa como estratégia para organizar a gestão da inteligência, capacidades e conhecimento relacionados à Agenda 2030. A proposta desenhou uma Rede ODS que pode ser replicável em outras organizações com o intuito de promover a transformação desejada nos próximos 10 anos.

2. A EMBRAPA E A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA REDE ODS

Criada em 1973, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem como missão viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira, tendo como visão ser referência mundial na geração e oferta de informações, conhecimentos e tecnologias, contribuindo para a inovação e a sustentabilidade da agricultura e a segurança alimentar.

Todos os esforços institucionais visam a criar impactos definitivos em cinco grandes eixos, a saber: 1) Avanços na busca da sustentabilidade agropecuária; 2) Inserção estratégica do Brasil na bioeconomia; 3) Suporte à melhoria e formulação de políticas públicas; 4) Inserção produtiva e redução da pobreza rural e 5) Posicionamento da Empresa na fronteira do conhecimento. Por meio desses pilares, a Embrapa espera concretizar sua Missão e Visão institucional. Portanto, a busca incessante por uma agricultura sustentável está no cerne dessa instituição dedicada à pesquisa e à inovação agropecuária.

Desde o estabelecimento da Agenda 2030, em 2015, a Embrapa conta com grupos de trabalho para coordenar sua atuação em contribuição ao alcance dos ODS. Nesse período, ações importantes foram realizadas, procedendo-se, então, a uma busca no Sistema Embrapa de Gestão da Programação (SEG), com vistas a identificar potenciais pesquisadores e analistas que tivessem sua atuação ligada a cada um dos eixos e ODS. Com esses dados em mãos, foram selecionados os profissionais que apresentassem maior aderência ao tema central de cada ODS, buscando uma distribuição equitativa entre as cinco regiões do Brasil.

Os empregados selecionados foram, um a um, consultados quanto ao seu interesse em compor a Rede de trabalho, de forma a garantir que sua participação se desse de forma inteiramente voluntária. A partir do grau de interesse e interação, foram escolhidos 17 pontos focais iniciais, um para cada ODS. Uma vez definida a equipe inicial da Rede ODS Embrapa, esta foi então formalizada como uma atividade adicional na agenda institucional da Empresa.

Em 2016, juntamente com o MAPA, o GT ODS da Sede Embrapa verificou o alinhamento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, Figura 2) ao VI Plano Diretor da Embrapa (VI PDE). No mesmo ano, foi criada a Rede ODS Embrapa, com o objetivo de contribuir com a gestão do conhecimento relacionado aos ODS. O primeiro produto gerado pela Rede ODS foi o mapeamento das contribuições da Embrapa para a Agenda 2030, o qual evidenciou, na época, que a missão da Empresa estava fortemente alinhada a 81 metas, ou seja, 47,9% do compromisso brasileiro.

A Rede passou, então, a ser composta por 43 representações – Pontos Focais de Unidades descentralizadas da Embrapa com estrutura física em todo o território nacional. Dessa forma, a partir das informações de afinidades de trabalhos e suas interações com os ODS, foi construída a Mandala da rede, sendo que atualmente (2021) está composta por aproximadamente 1.000 membros consultivos (Figura 2). Na Figura 2, a Mandala apresenta o

quantitativo de especialistas que, em função de suas atuações e áreas temáticas, se alinham aos ODS e podem ser consultados e convidados a trabalhar em demandas da Rede.

Figura 2 – Quantitativo de especialistas da EMBRAPA que, em função de suas atuações e áreas temáticas, se alinham aos ODS na Mandala das 17 Metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)



Fonte: Acervo EMBRAPA.

A Rede possui uma logomarca, um selo de identidade visual que a caracteriza como tal (Figura 3). É utilizada pelos membros da Rede, em seus e-mails, no rodapé e também em uso nos documentos internos gerados, como relatórios, notas técnicas, correspondências, chamadas, cabeçalhos de formulários, entre outros. A identidade visual efetiva destaca o trabalho de internalização da Agenda 2030 e seus ODS. A Rede também possui o seu e-mail corporativo aberto para toda a sociedade e parceiros (coordenacaorede.ods@embrapa.br), além da página ODS na plataforma da Embrapa, no link <https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>.

Figura 3 – Logomarca da Rede ODS Embrapa



Fonte: Acervo EMBRAPA.

3. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Conforme já mencionado, em decorrência do processo de internalização da Agenda, foi institucionalizado o GT ODS Sede da Embrapa, firmado por portaria desde 2018, quando a Embrapa iniciou a internalização dos ODS, sistematizando os mecanismos formais de governança e gestão. Posteriormente, em 2021, procedeu-se à sua atualização formalizada pela Portaria nº 324, de 1º de março de 2021. Esse GT tem o propósito de dar mais um passo na direção da melhoria da gestão das informações e conhecimentos relacionados à Agenda 2030 e os 17 ODS no âmbito interno da Sede da Embrapa. O sucesso desse trabalho tem respaldo na colaboração das Unidades Descentralizadas (UDs).

Nesse sentido, tornou-se necessário otimizar a Rede ODS, constituindo os GT ODS das UD, que visam a estabelecer uma instância consultiva e operacional sobre a Agenda 2030 na Embrapa, e, para tal efeito, os GTs das Unidades Embrapa são coordenados por Pontos Focais de todas as suas 43 unidades espalhadas por todo o território nacional. Dessa forma, com o objetivo de dar continuidade à implementação da Agenda 2030 na Embrapa, a Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas (SIRE) assume a governança da Rede ODS Embrapa e dos GTs ODS das Unidades Descentralizadas.

4. FORMAÇÃO DA REDE ODS EMBRAPA – REPLICÁVEL

A Rede ODS Embrapa foi concebida em 2017 para ser uma Rede de Trabalho Colaborativa (RTC), segundo o método PGMacro (HAMMES; ARZABE, 2015), no qual o planejamento é participativo. Como primeira estratégia, foi criada a sua plataforma virtual, atuando como suporte e repositório para a gestão do conhecimento, de contínuo aprimoramento, podendo incorporar colaboradores de outras organizações e atribuir maior efetividade à contribuição da Embrapa para a Agenda 2030.

O método PGMacro pressupõe a formação de equipes de alta performance a partir de uma rede de pessoas que estabeleçam um modelo conceitual o qual inspire o estabelecimento a uma relação de cogovernança e cogestão de processos estratégicos, táticos e operacionais, que viabilizem a construção coletiva de respostas rápidas a questões e desafios apresentados pela Agenda 2030.

A cogovernança é composta por Grupos de Trabalhos dos três níveis gerenciais, e a cogestão é uma forma compartilhada de fluxo sinérgico de produção de trabalho e de

alinhamento, nivelamento e posicionamento, em um fluxo de retroalimentação ao longo do macroprocesso de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Os avanços institucionais efetivos, em termos de competências, capacidades, resultados e impacto, podem ser avaliados por diversos parâmetros. Podem-se considerar como importantes: a) A introspecção do aprendizado de cada ciclo anual de avaliação; b) A negociação de ações entre as partes; c) A internalização dos ODS nos sistemas e d) A interiorização pela ampliação no desenvolvimento e adoção, pela sociedade, de tecnologias inovadoras. Nos anos 2020 e 2021, o formato da Rede ODS Embrapa se apresentou como uma ferramenta resiliente no contexto da pandemia Covid-19 por ser apropriada ao teletrabalho, sem custo de implementação e manutenção, mas enfrenta a dificuldade decorrente de mudanças organizacionais naturais, frente a um novo PDE. Por outro lado, o formato gerencial amplia a percepção sobre oportunidades e ameaças.

4.1. Linha do tempo no processo de internalização da Agenda 2030 na Embrapa

Em 2015 a 2016 – *Internalização da Agenda 2030, por pessoas e empresas*. Esse período também marcou tomadas de decisões, como a construção de uma rede de trabalho, com características de multidisciplinaridade e formada pelos seus empregados mais afinados com a proposta da Agenda e seus 17 ODS. Esse período foi fundamental para a idealização da construção de uma rede com propósitos de conscientização e de mudanças estruturais.

Em 2017 – *Criação da Rede ODS Embrapa*. Formada por um modelo conceitual, estabelecendo relação de cogovernança e cogestão de processos estratégicos, táticos e operacionais e reunindo pessoas, a rede foi assim constituída. Sua primeira iniciativa foi conhecer os seus membros pelo levantamento do potencial/expertise individual, para cada ODS. Aplicando o método PGMacro, foi iniciada a construção documental do seu primeiro alinhamento, relacionando-se às contribuições da empresa, aos ativos disponibilizados para a sociedade, aos 17 ODS e suas metas. O alinhamento, realizado na ocasião, apontava 81 metas as quais a Empresa poderia alavancar mais contribuições para a sociedade nacional e internacional.

Em 2018 – *A Embrapa apareceu no Portal da ONU como primeira empresa pública Federal no Brasil a caracterizar seus ativos e contribuições à Agenda 2030* (EMBRAPA, 2019) Com a publicação da “Coleção ODS da Embrapa” (<https://www.embrapa.br/group/intranet/ods>) Embrapa 2018 (13), fruto dos alinhamentos de

seus ativos x ODS/Metas, 600 práticas solucionadoras foram diagnosticadas e alinhadas às 169 metas e disponíveis para a sociedade. A Coleção é composta por 18 e-books, que refletem contribuições da Embrapa e de seus parceiros aos 17 ODS, sendo 17 relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 1 e-book relacionado aos 5Ps (Figura 4).

Figura 4 – Coleção ODS, Contribuições da Embrapa
(<https://www.embrapa.br/group/intranet/ods>)



Fonte: Acervo EMBRAPA.

Os e-books se tornaram um marco, um norte, marcando o horizonte e estimulando a Rede ODS Embrapa a dar continuidade ao desdobramento dos potenciais diagnosticados, fortalecendo sensibilização e apoios. Reflexos e derivações da rede já se estendem para a interiorização, no seu primeiro ato, quando o “Dia de Campo na TV”, programa para divulgar as tecnologias resultantes das pesquisas desenvolvidas pela Embrapa e parceiros, inovou com uma série sobre ODS – foram 43 programas da grade de 2018 (EMBRAPA, 2017). Também, foi um dos marcos, a inserção de práticas e soluções tecnológicas da Embrapa, na Plataforma de Boas Práticas da ONU. Práticas Tecnológicas, reveladoras de contribuições e dos impactos social, econômico e ambiental para a agricultura brasileira, consideradas como práticas de sucesso com foco nos ODS, concorreram ao primeiro “Prêmio ODS Brasil”.

Esse prêmio foi uma iniciativa do Governo Federal, que teve por objetivo incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuíam para o alcance de metas da Agenda 2030, reconhecendo projetos, programas, tecnologias ou outras iniciativas. Três práticas da Embrapa se destacaram com um maior alinhamento aos ODS: maior número de políticas públicas e maior replicabilidade nacional e internacional (Quadro 1). Podemos enumerar as três práticas

selecionadas que concorreram ao prêmio: 1 - Barragem Subterrânea (Embrapa Solos), promovendo o acesso e usos da água no Semiárido brasileiro; 2 - Projeto balde cheio em rede (Embrapa Pecuária Sudeste); 3 - Biofortificação de Alimentos (Embrapa Agroindústria de Alimentos), proporcionando saúde na mesa do brasileiro. A prática “Barragem Subterrânea” foi uma das dez finalistas a ganhar o prêmio.

Quadro 1 – Relação de 20 práticas de sucesso, selecionadas entre os ativos da Embrapa com foco nos ODS, para a concorrência ao primeiro “Prêmio ODS Brasil”, 2018

1.	AGROBIOLOGIA - Embrapa Agrobiologia – Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA)
2.	AGROINDÚSTRIA DE ALIMENTOS – Embrapa Agroindústria de Alimentos – Biofortificação de Alimentos, proporcionando saúde na mesa do brasileiro
3.	AMAZÔNIA ORIENTAL – Embrapa Amazônia Oriental – Sistema Tipitamba: agricultura familiar sem queimadas na Amazônia
4.	GADO DE CORTE – Embrapa Gado de Leite – Protocolo de Boas Práticas Agropecuárias - Bovinos de Corte (BPA)
5.	ALGODÃO – Embrapa Algodão – Manejo Agroecológico em Agroecossistemas Diversificados no Semiárido Brasileiro enriquecido pela Construção coletiva de modos de vida sustentáveis no semiárido brasileiro
6.	RECURSOS GENÉTICOS – Embrapa Recursos Genéticos – BEM DIVERSO: Uso sustentável da sociobiodiversidade para gerar renda, conservar a biodiversidade e restaurar os serviços ambientais
7.	MILHO E SORGO – Embrapa Milho e Sorgo – Manejo integrado da lagarta <i>Spodoptera frugiperda</i> com foco na sustentabilidade do agricultor
8.	ARROZ E FEIJÃO – Embrapa Arroz e Feijão – O desenvolvimento e disponibilização de cultivares de arroz adaptadas às condições edafoclimáticas do Cerrado brasileiro
9.	AMAPÁ – Embrapa Amapá: Fossa séptica biodigestora adaptada para área de várzea (FSBV)
10.	CERRADOS – Embrapa Cerrados: Seleção e recomendação de bactérias fixadoras de nitrogênio para inoculação da cultura da soja
11.	SOLOS – Embrapa Solos – Barragem Subterrânea: promovendo o acesso e usos da água no Semiárido brasileiro
12.	COCAIS – Embrapa Cocais: Prospecção de demandas, inovação e construção de conhecimentos com quebradeiras de coco babaçu e outras populações tradicionais do Maranhão
13.	PECUÁRIA SUDESTE – Embrapa Pecuária Sudeste: Projeto balde cheio em rede
14.	RORAIMA – Embrapa Roraima: Produção de composto orgânico com resíduos de poda de cupuaçuzeiro infestado por vassoura-de-bruxa
15.	HORTALIÇAS - Embrapa Hortaliças: Uso de hortaliças Panc na diversificação da produção de hortaliças no território do Distrito Federal, em parceria com o coletivo de produção do assentamento Canaã
16.	MANDIOCA E FRUTICULTURA – Embrapa Mandioca e Fruticultura – BRS Pacoua: Cultivar de bananeira para a região Norte
17.	INFORMÁTICA AGROPECUÁRIA – Embrapa Informação Agropecuária: Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) – atualização
18.	GADO DE LEITE – Embrapa Gado de Leite: Kit Embrapa de Ordenha Manual

19.	RONDÔNIA – Embrapa Rondônia: Prática Educomunicativa de produção coletiva de narrativas audiovisuais e vídeos ambientais
20.	TERRITORIAL – Embrapa Territorial: O Atlas escolar da Região Metropolitana de Campinas e sua importância na produção de conhecimento por estudantes do Ensino Fundamental

Fonte: Relatório da Embrapa – Processo de seleção interna de boas práticas para submissão ao Prêmio ODS BRASIL. EMBRAPA/SIRE 2018(11).

As práticas finalísticas foram destacadas com a formação de um banco de boas práticas no portal da ONU (<https://sdgs.un.org/sdg-good-practices>) para a disseminação e mobilização dos diversos segmentos da sociedade e de governos e o fomento de práticas que contribuam para o desenvolvimento sustentável

Figura 5 – Aniversário dos 45 anos da Embrapa em 2018, a comemoração esteve recheada de ODS.



Fonte: Acervo EMBRAPA.

A pesquisadora Maria Sonia Lopes da Silva da Embrapa Solos-UEP Recife, finalista no prêmio da ONU, com a tecnologia “Barragem Subterrânea”, recebeu homenagem da Embrapa de “moção de louvor” realizada na Câmara Legislativa do Distrito Federal em sessão solene do aniversário da Empresa. Os eventos virtuais comemorativos incluíram ainda, palestras, capacitações, vídeos, entrevista com o presidente, programa e outros como a *Live* sobre pecuária sustentável. Também fez parte, o programa Conexão Ciência com o pesquisador da Embrapa, Eliseu Alves, de 85 anos, mostrou como a pesquisa agropecuária e a extensão rural ajudaram na construção da segurança alimentar brasileira <https://www.embrapa.br/45-anos>.

Em 2019 – *Participação na elaboração de indicadores nacionais ODS* junto à Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV); aos GT ODS da Comissão de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (CDSA/Mapa); ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); ao United Nations Department of Economic & Social Affairs (UNDESA); à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB); à Beneficência Portuguesa (BP); às Organizações das Nações Unidas (ONU); e aos GT ODS UDs Embrapa. As relações estratégicas, externas e internas, contribuíram para a ampliação (upgrade) da fixação e apoios à Agenda 2030 e ao fortalecimento da Rede ODS Embrapa. Nessa construção de indicadores, as colaborações externas ao processo nacional de definições da Agenda 2030 para o país refletem internamente na Empresa, na penetração externa da Rede ODS Embrapa e na sua posição de destaque. Esse foi um ano de relacionamentos externos que deram visibilidade à Rede e à concretude de parcerias governamentais, além de fixá-la e fortalecê-la na Secretaria de Inteligência Estratégica (SIRE), da Embrapa.

Em 2020 – *Institucionalização dos ODS no Plano Diretor da Embrapa - VII PDE, com foco no valor “sustentabilidade”* (<https://www.embrapa.br/en/plano-diretor>), (<https://www.embrapa.br/en/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1126091/vii-plano-diretor-da-embrapa-2020-2030>). Esse direcionamento no Plano Diretor da Empresa leva ao processo de internalização da Agenda 2030 em seus macroprocessos e em todas as Unidades da Embrapa.

A Governança e a Gestão da Rede ODS da Embrapa, com ações relevantes da equipe de alta performance nas relações estratégicas institucionais, refletiram na construção do VII PDE com foco nos ODS (EMBRAPA, 2020). 2020 foi o ano em que a Embrapa pavimentou novos caminhos, redirecionou sua atuação por meio do lançamento de seu VII Plano Diretor, reavaliou sua programação de pesquisa, com a realização do III Workshop Virtual de Gestores de Portfólio e Chefes de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e aprimorou o alinhamento de seu processo de inovação aos ODS. O lançamento do VII PDE atualiza as referências para o realinhamento da programação de pesquisa da Embrapa e até mesmo de sua adesão a compromissos internacionais, tais como os ODS.

No ano de 2020, a Rede ODS Embrapa ampliou seus esforços, mesmo diante dos desafios apresentados pela pandemia da Covid-19, causada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2). Nesse contexto, foi realizado o ciclo de palestras “A Embrapa e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, que levou a uma forte articulação interna e externa e se configurou em robusta ferramenta de gestão para subsidiar a tomada de decisões pela Empresa

rumo ao cumprimento da Agenda 2030. Essa mobilização também resultou no compromisso da Embrapa de incluir os ODS como balizadores de práticas e comportamentos, em estreita sintonia com o valor de sustentabilidade presente no VII PDE. A partir desse momento, seus instrumentos de pesquisa e de inovação passaram a ser alinhados à Agenda 2030 para monitorar e dimensionar os impactos de suas tecnologias na sociedade.

A proposta é promover a inclusão produtiva de milhões de pessoas, assim como a conservação dos seis biomas brasileiros, no âmbito de sua biodiversidade (fauna, flora) ou de seus recursos abióticos (água, solo, atmosfera, etc.), além de contribuir para a resiliência de comunidades em face das mudanças climáticas. Em 2020, de 152 tecnologias selecionadas pelo Balanço Social (avaliação de impactos), 140 contribuíram para o alcance dos 5 pilares da Agenda 2030, sendo: 116 para pessoas, 57 para prosperidade, 80 para planeta e 30 para paz e parcerias. Veja mais detalhes em: EMBRAPA (2021) <https://www.embrapa.br/en/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1131469/balanco-social-2020> e também em EMBRAPA (2016), <https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>.

Nas Unidades Descentralizadas (UDs) da Embrapa, em todo o país, a Rede ODS (com os seus GTs ODS UD) atuou ativamente com várias atividades internas e externas, como por exemplo as “*Lives* revisitando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS na Embrapa”, que prospectaram um futuro palpável de desenvolvimento sustentável.

5. LIVES QUE REVISITARAM OS ODS NAS UDS DA EMBRAPA

A Embrapa Amazônia Oriental iniciou, em junho de 2020, a série *Revisitando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS*, estimulando as outras unidades da Embrapa a fazerem o mesmo. Voltada à internalização dos ODS na unidade Amazônia Oriental e à interação sobre o tema com diferentes segmentos da sociedade, a unidade realizou, até agosto de 2021, doze *lives*, voltadas a temas relevantes relacionados aos ODS:

Live 1: “O que estamos fazendo para atingir os ODS na Amazônia Oriental e em que precisamos avançar” (15 de junho de 2020);

Live 2: “Sistemas agroflorestais, SAFs: múltiplas contribuições aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS” (14 de agosto de 2020);

Live 3: “Sistemas Agroflorestais- SAFs: contribuição de diferentes segmentos ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- ODS” (8 de setembro de 2020);

Live 4: “Segurança e soberania alimentar e nutricional e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- ODS” (19 de outubro de 2020);

Live 5: “Bioeconomias amazônicas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS” (17 de novembro de 2020);

Live 6: “Manejo florestal na Amazônia e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS” (7 de dezembro de 2020);

Live 7: “Manejo e Conservação do Solo na Amazônia e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS” (20 de fevereiro de 2021);

Live 8: “Monitoramento do uso e cobertura da terra na Amazônia e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS” (22 de março de 2021);

Live 9: “Estudos sobre diversidade biológica e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS” (3 de maio de 2021);

Live 10: “Estudos agroclimáticos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS” (7 de junho de 2021);

Live 11: “Pesquisas na cadeia do pescado e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS” (5 de julho de 2021);

Live 12: “A agroecologia e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS” (2 de agosto de 2021).

Até a Live 6, houve a participação de uma moderadora e quatro palestrantes e, a partir da Live 7, de uma moderadora e três palestrantes, incluindo pesquisadores e analistas da própria unidade, de outras unidades da Embrapa e participantes de instituições de pesquisa, ensino superior, instituições estaduais, banco regional, organizações não governamentais, instituições representativas de segmentos produtivos e da FAO, organização multilateral internacional.

Internamente, a Rede ODS Embrapa implementou ações importantes e decisivas no processo de internalização efetiva, com a série de cinco Webinars, realizados no final do ano de 2020, e que impulsionaram e determinaram novos rumos dentro da Empresa. A série de cinco Webinars ODS dialogou com vários *Stakeholders*, entre eles: a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Presidente da Embrapa; representantes do setor produtivo; PNUD; Diretores da Embrapa; Secretários de UCs da Sede Embrapa; e fortaleceram a internalização da Agenda 2030 e a Rede ODS Embrapa (Quadro 2).

Quadro 2 – Série de Webinars: A Embrapa e a Internalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - 2020

Webinar/Título	Abertura	Link	Data
1º Internalização dos ODS na Embrapa: Desafios e Perspectivas	- Diretoria Executiva de Inovação e Tecnologia, Dra. Adriana Regina Martin - Diretor Executivo de Gestão Institucional, Dr. Tiago Toledo Ferreira	www.youtube.com/watch?v=Ra8UtO513fI&feature=youtu.be	27/08/2020
2º A Agricultura e a Agenda 2030	- Ministra da Agricultura, Tereza Cristina Dias - Presidente da Embrapa, Celso Moretti	www.youtube.com/watch?v=gJEk4e64aPw	25/09/2020
3º Ações de comunicação para a internalização dos ODS: Não deixar ninguém para trás	- Diretor Executivo de Gestão Institucional, Dr. Tiago Toledo Ferreira	www.youtube.com/watch?v=DcOTEj2KOyQ	08/10/2020
4º O Macroprocesso de Inovação da Embrapa e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS	- Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento, Guy de Capdeville - Diretor Executivo de Gestão Institucional, Dr. Tiago Toledo Ferreira	www.youtube.com/watch?v=ap5HLjxHQiE	12/11/2020
5º Ações futuras da Rede ODS a partir das informações e conhecimentos construídos por meio dos eventos anteriores	- Diretor Executivo de Gestão Institucional, Dr. Tiago Toledo Ferreira - Secretária da Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas, Rita Milagres	www.youtube.com/watch?v=uWMagv2E1FU	03/12/2020

Em 2021 – “*Compromisso com a Agenda 2030*” como meta anual da Embrapa até 2030. A Sede da Embrapa, suas Unidades Centralizadas – UCs e as 43 Unidades Descentralizadas (UDs) aderem como “Ação Gerencial” ao “Compromisso Agenda 2030” (Implementar, até 2030, estratégia institucional de internalização e interiorização da Agenda 2030) relacionado ao Objetivo Estratégico – O.E. de número 10 (Fortalecer e consolidar a excelência na governança e na gestão institucional) e também ao valor “sustentabilidade” do VII PDE.

No início do ano, a Rede ODS Embrapa se reinventa na sua gestão, redistribuindo seus membros por expertises e formando dez grupos de trabalhos temáticos – GTs ODS (Capacitação; Comunicação; Metas e Indicadores; Publicações; Balanço Social; Conhecimento e Informação; Relacionamento Nacional; Relacionamento Internacional; Máster Sênior; e Projeto), e um Comitê Gestor da Rede ODS Embrapa formado pelos dez líderes de cada GT,

além de manter as estruturas GT ODS nas Unidades da Embrapa e seus Pontos Focais e manter uma equipe da coordenação atuando na governança da rede.

6. AÇÕES DOS GTS TEMÁTICOS DA REDE ODS EMBRAPA – ANO 2021:

6.1. O GT Capacitação lançou um Curso ODS no formato educação a distância (EAD) para todos os empregados da empresa. Foram oferecidas três turmas, com prioridade para o nivelamento de todos os Pontos Focais e de membros dos GTs ODS das 43 Unidades da Embrapa, sendo as demais turmas para todas as pessoas, “sem deixar ninguém para traz”.

6.2. O GT Metas e Indicadores, realizou o alinhamento dos 11 Objetivos Estratégicos do VII PDE da Embrapa, frente às 169 metas e aos 17 ODS. O resultado mostra alinhamento para 131 metas, sendo alto alinhamento para 96. Esses resultados direcionam os rumos de ações vinculadas, conhecendo a concretude de atendimento da Agenda 2030 no patamar de metas, colocando para a sociedade ativos de desenvolvimento sustentável vinculados às metas de sustentabilidade. Comparando com o VI PDE de 2016, observa-se que a Embrapa ampliou o seu leque de atendimento à Agenda 2030, passando de 81 para 131 metas alinhadas às suas ações. Como resultados até então, tem-se como exemplo: o andamento de mudanças nas normativas do Balanço Social – avaliação de impactos socioeconômico e ambiental – vinculando-os às 131 metas e, assim também, para os selos de publicações e alinhamento dos compromissos estratégicos assumidos por todas as 43 Unidades Embrapa nos seus Planos de Execução PEU 2021-2030.

6.3. O GT Comunicação lança um plano de comunicação com foco na visibilidade interna e externa aos ODS. Com a proposta de um selo único para uso por todas as 43 Unidades da Embrapa; vinhetas para abertura de eventos; selo em E-Card; o plano permeia a estratégia oral, escrita e visual, além de vincular o selo aos alinhamentos de seus ativos às metas ODS, a exemplo de publicações, tecnologias, ações sociais, portfólios. Também movimentou ações internas e externas com foco nos ODS em datas comemorativas, a exemplo do webinar “Mostra de videoclipes musicais”, na semana do meio ambiente (EMBRAPA, 2021), https://www.youtube.com/watch?v=u4JRe84Cz_M.

6.4. O GT Publicação movimentou todos os Comitês Locais de Publicação (CLPs) das 43

Unidades Embrapa. Tem trabalhado os critérios e processos de alinhamento das publicações às 131 metas ODS, além de formar comunidade para a discussão do processo de adoção e da identidade visual do selo ODS Embrapa. Treinamentos/exercícios têm sido realizados para que as Unidades possam caracterizar o alinhamento das publicações de forma mais unificada/homogênea em termos de compreensão e decisão da aderência de determinado selo por meta. Esse GT também tem missão de estimular a construção de publicações e está à frente da elaboração do presente capítulo, fazendo parte deste livro da Rede ODS Brasil.

6.5. GT Balanço Social interage com todas as equipes responsáveis por esse processo nas UDs da Embrapa e também na Sede. Estuda as formas de alinhamento operacional, dos ativos/tecnologias geradas, frente às 131 metas ODS. Avalia os impactos sociais, ambientais e econômicos da tecnologia aplicada, para a seleção e indicação daquelas de resultados positivos para todos os critérios avaliados, como garantias de desenvolvimento sustentável. Esse é um processo de indicadores de Gestão e avaliação de impactos Social, Ambiental e Econômico (ESG) com a visão da Embrapa. Também propõe que o selo seja unificado para as tecnologias de destaque e com a identidade visual ODS Embrapa. Estudos e aplicabilidade de índices ESG, no processo operacional de gestão institucional, promoverão garantia de sustentabilidade econômica, ambiental e social da Embrapa. A implantação dessa nova ferramenta consolidará a transparência de sustentabilidade das tecnologias oferecidas para a sociedade e ampliará oportunidades de negócios/parcerias pelas garantias qualitativas e quantitativas e de atingimento das metas ODS.

6.6. GT Conhecimento e Informação têm foco na página ODS da Plataforma Embrapa. Apresenta informações internas da Rede ODS Embrapa, nacionais e internacionais, vinculadas à Agenda 2030, de forma a facilitar as consultas da comunidade virtual.

6.7. GT Articulação Nacional propõe envolvimento e ações que ampliem as chances de contribuição aos ODS 17 – parcerias e meios de implementação. Também fomenta um banco de oportunidades de parcerias globais/macro, locais, regionais e nacionais. Movimenta palestras com potenciais parceiros e vislumbra a realização de webinars com Rodas de Conversas sobre os Fóruns globais, como a Sustentabilidade alimentar – Parcerias/Financiamento com foco na Agenda 2030-ODS.

6.8. GT Articulação Internacional teve como uma de suas atividades mestras em 2021 o acompanhamento e participações das discussões on-lines e dos documentos de suporte à Cúpula de Sistemas Alimentares Sustentáveis da ONU, buscando não só definir a metodologia de atuação do GT, seguindo grandes eventos internacionais, como também identificar os possíveis impactos desses eventos na construção de indicadores internos da Embrapa que contribuam para os indicadores globais. Este GT também pode contar com a Mandala – Banco de expertises da Rede, contando com o grupo/colegas que estão dedicados aos ODS 2 (Fome Zero).

6.9. GT Master Sênior constrói o Banco de Talentos da Embrapa e planeja eventos anuais (nacionais e internacionais) e rodas de conversas sobre macroproblemas universais, objetivando o alcance de resultados e soluções emergenciais para temas emergenciais, como: a minimização dos avanços do aquecimento global e das constantes emissões de carbono geradas pelo uso de combustíveis fósseis, bem como as práticas agrícolas não sustentáveis, o desmatamento, a falta de água doce, a perda de vida marinha e as crescentes zonas mortas dos oceanos.

6.10. GT Projetos é ancora todos os demais GTs com uma proposta de projeto de inovação organizacional com vistas à internalização da Agenda 2030 nos macroprocessos da Embrapa. Também busca oportunidades de parcerias para a implementação de um edital para projetos de inovação ODS na empresa e, como contrapartida, oferecerá os resultados tecnológicos para a sociedade nacional e internacional visando às garantias alimentares e à sustentabilidade do planeta.

Para tal fim, tem-se o Comitê Gestor, formado por 20 pessoas, dez líderes e vice-líderes de GTs e mais cinco pessoas da equipe de coordenação geral da Rede ODS Embrapa. O Comitê é o elo de ligação entre os demais componentes da rede, visando ao objetivo comum de internalização e interiorização da Agenda 2030 na Embrapa. O Comitê também gerencia o INFORME Mensal da Rede. Além de ser consultivo, também é o núcleo de validação de ações de todos os GTs.

Além disso, a coordenação da Rede ODS Embrapa é a governança que planeja, recebe demandas internas e externas, redistribui, tem ligação direta com a Secretaria de Inteligência Estratégica (SIRE) e mantém os GTs e o Comitê em sintonia, com abrangência nacional envolvendo as 43 UDs em todo o país. O marco de integração nacional com todas as UDs foi o Webinar “Compromissos Rede ODS Embrapa e a Internalização da Agenda 2030”, realizado em 25 de junho de 2021 (<https://www.youtube.com/watch?v=SuwigyOv4c8>) e que teve 1.280

visualizações. O objetivo do evento foi promover um nivelamento das equipes para a elaboração e execução de suas ações gerenciais locais - AGLs ODS UD.

7. DESTAQUES DA EMBRAPA NA ONU, EM 2021 – FAZENDO A INTERIORIZAÇÃO DA AGENDA 2030:

A ONU anunciou que o “Projeto Bem Diverso”, liderado pela Unidade da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Brasília, DF), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), está entre os eleitos da Segunda Chamada das Boas Práticas, Histórias de Sucesso e Lições Aprendidas (<https://odsbrasil.gov.br/Home/Noticia?id=106>) em BOAS PRÁTICAS ODS, 2020-2021).

As ações desenvolvidas pelos pesquisadores da Empresa ganharam destaque por conterem um conjunto de práticas que englobam os problemas enfrentados pelas comunidades locais nos sistemas de produção, no processamento e comercialização de produtos e no acesso ao crédito e políticas públicas em seis territórios da cidadania dos biomas Amazônia (Alto Acre, Capixaba e Marajó), Caatinga (Sertão do São Francisco e Sobral) e Cerrado (Médio Mearim e Alto Rio Pardo). Segundo o pesquisador Anderson Sevilha, líder do Bem Diverso, dentro das linhas de ação que contemplam as diferentes atividades desse trabalho, são abordadas questões culturais, educacionais, de saúde, energia limpa, ambiental, econômica e de inclusão de jovens e de gênero. É dessa forma que são abordados, de forma transversal, cada um dos temas, visando a incorporar a Agenda 2030 ao projeto.

O Governo Federal criou o “Programa Brasil + Sustentável” e, em 2021, realizou 35 Oficinas para a “Identificação de Metas e Indicadores da Agenda 2030”, vinculando propostas/iniciativas institucionais. Teve a participação de diversos setores produtivos do país, entre os quais a Embrapa, representada pela Rede ODS, participou de todas as oficinas com a contribuição de 52 empregados de várias Unidades. A Rede ODS Embrapa foi uma das iniciativas escolhidas, de forma unânime, para fazer parte desse planejamento governamental, em concordância com:

7.1. Agenda 2030 e o Macroprocesso de Inovação da Embrapa: O Macroprocesso de Inovação da Embrapa consta no documento orientador de 2018 e marca a mudança estratégica de um “modelo de produção de produtos e serviços para um modelo de benefício percebido, fortalecendo o seu compromisso para a promoção da inovação e impacto”. Nesse sentido, o Macroprocesso de Inovação é a forma pela qual a Embrapa ordena e integra seus grandes

processos para cumprir a sua missão e entregar valor para a sociedade. Está distribuído em seis etapas: (1) Inteligência Estratégica e Planejamento; (2) Pesquisa; (3) Desenvolvimento e Validação; (4) Transferência de Tecnologia; (5) Monitoramento da Adoção e (6) Avaliação de Impactos.

7.2. Etapa de Inteligência Estratégica e Planejamento: Os 12 Objetivos Estratégicos estabelecidos no VI Plano Diretor da Embrapa-PDE (2016) estavam alinhados a 81 metas da Agenda 2030. Ao alinhar os 11 Objetivos Estratégicos do VII Plano Diretor da Embrapa 2020-2030, percebeu-se um aumento de aderência de metas, passando de 81 para 131. A Embrapa, então, passa a priorizar 131 das 169 metas ODS para atuar diretamente nos alinhamentos de seus processos.

7.3. Etapas de Pesquisa e Desenvolvimento e Validação: Os projetos de pesquisa e inovação da Embrapa visam ao atendimento de Desafios para Inovação, alinhados aos ODS. Esse alinhamento é atualizado periodicamente à medida que práticas e soluções para inovação são entregues à sociedade. Todas as soluções para inovação dos projetos estão alinhadas aos “Desafios para Inovação” que, por sua vez, estão alinhados a um ODS.

7.4. Etapa de Transferência de Tecnologia: Os ODS têm sido vinculados a eventos de comunicação como estratégia. Contudo, ainda restam questões em discussão, principalmente relacionadas ao alcance de programas tradicionais da carteira Embrapa, como o Programa Prosa Rural e Dia de Campo na TV, que são canais potenciais para promoção dos ODS e dos ativos da Embrapa alinhados à Agenda 2030.

7.5. Etapa de Monitoramento da Adoção: Constitui-se no monitoramento da adoção e da avaliação do desempenho técnico dos ativos da Embrapa, a partir de indicadores sociais, econômicos e ambientais. O desafio, anterior à etapa de monitoramento da adoção, é reconhecer que os grupos sociais da Agenda de 2030, em especial o ODS 2 – Fome Zero e agricultura sustentável –, não possuem condições socioeconômicas e produtivas para adoção de ativos. Muitos não têm acesso à terra e aos recursos naturais. Esses grupos sociais são muito diferentes entre si e exigem aportes diferenciados para sair da pobreza.

Existe uma forte interação entre o Macroprocesso de Inovação e a contribuição para a formulação de políticas públicas. Os impactos das contribuições da Embrapa às políticas públicas são medidos na etapa de Avaliação de Impacto. A Embrapa deve subsidiar não somente a execução, mas a formulação de políticas públicas para redução das vulnerabilidades sociais e econômicas no campo. A Embrapa tem adotado uma abordagem sistêmica para gerenciar os seus ativos nas diferentes etapas do Macroprocesso de Inovação. Essa mesma abordagem deve ser utilizada para monitorar as contribuições desses ativos às políticas públicas que, em múltiplos níveis, integram a Agenda 2030.

Como marco de avanço interno da Rede ODS Embrapa em 2021, também se destaca a integração de Chefes Gerais, de Pesquisa Desenvolvimento e Inovação - PD&I, de Transferência e Tecnologia -TT, de todas 43 UDs, no evento “Conversa com Gestores e a Agenda 2030” Liderado pela Secretária Rita Milagres da Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas – SIRE. O evento também teve a participação do Presidente da Embrapa Celso Moretti em vídeo gravado com foco “Somos todos ODS” (https://drive.google.com/file/d/14vLIYI7GgsIgCg-grdPSK_BkE-O7JKRM/view?ts=61b732f9).

Ainda a participação do Tiago Toledo Ferreira - Diretor Executivo da Embrapa ressaltando a alavancagem da sustentabilidade com o sinergismo ODS e ESG. Também foi apresentada a “Vinheta ODS da Embrapa” para uso em todos os eventos da Empresa. Ao final foi colocado como encaminhamento a criação de um FÓRUM ODS DE GESTORES.

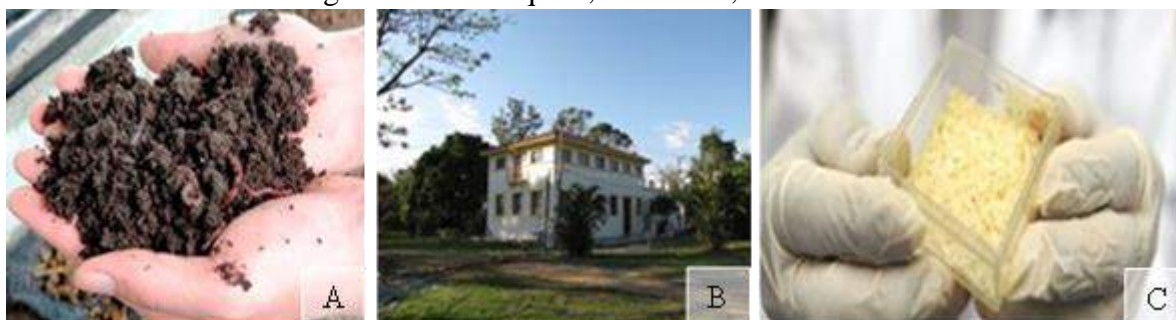
8. ALGUNS EXEMPLOS DE TECNOLOGIAS DA EMBRAPA ALINHADAS AOS ODS

8.1. Fazendinha Agroecológica Km 47

Uma história que se entrelaça com o início da evolução das pesquisas sobre agroecologia e agricultura orgânica no Brasil: implantado em 1993 e com uma área de 70 hectares, na Embrapa Agrobiologia, o Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA), mais conhecido como Fazendinha Agroecológica Km 47, situa-se em Seropédica, na baixada fluminense, e integra atividades de produção animal e vegetal. O manejo prioriza a reciclagem de nutrientes e o uso de desenhos de diferentes sistemas agrícolas, que envolvem rotações e consórcios de culturas, além da presença de espécies arbustivas e arbóreas como elementos de

diversificação da paisagem. A pecuária leiteira é manejada com o emprego da homeopatia veterinária e de princípios de bem-estar animal, conforme Araujo *et al* (2018) (Figura 6).

Figura 6 – A. Pesquisa, B. Ensino, C. Extensão



Fonte: <https://www.organicnet.com.br/fazendinha-agroecologica-embrapa-referencia-na-producao-agroecologica-e-organica-no-brasil/>.

A. Pesquisa. Diversos módulos de pesquisas relacionadas à agricultura orgânica e à agroecologia são desenvolvidos na Fazendinha Agroecológica, desde a adubação e o plantio até o manejo da paisagem e a reciclagem de resíduos.

B. Ensino. Uma das estratégias para fortalecer a agroecologia é a educação. Em parceria com a UFRRJ e o CTUR, a Fazendinha é palco de diversos cursos, capacitações e, inclusive, de um programa de mestrado profissional.

C. Extensão. A Fazendinha é a âncora de uma série de projetos de extensão e transferência de tecnologias, favorecendo o intercâmbio de conhecimentos a partir da realização de dias de campo, palestras, visitas e reuniões técnicas.

Saiba mais em: <https://www.embrapa.br/agrobiologia/fazendinha-agroecologica..>
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/producaoIntelectual/viewProducaoIntelectual.jsf;jsessionid=PPGZEyYILDxvFHpe5+Rs8XZ-.sucupira-214?popup=true&id_producao=7335454

8.2. Alimentos Biofortificados

A fome oculta é um problema alimentar, com origem na má alimentação, causada pela falta de ingestão de micronutrientes como vitaminas e minerais, substâncias presentes em frutas, verduras e legumes. A desnutrição é resultado da falta de ingestão dos principais nutrientes, chamados de macronutrientes – como carboidrato, proteína e lipídio –, prejudicando funções básicas do organismo. A tecnologia de alimentos biofortificados, desenvolvida pela Embrapa Agroindústria de Alimentos e parceiros, é uma das soluções às deficiências

nutricionais e insegurança alimentar. Materiais de abóbora, arroz, batata-doce, feijão, feijão-caupi, mandioca, milho e trigo, de acordo com a rede de biofortificação no Brasil (EMBRAPA, 2015), coordenada pela Embrapa, atingiram níveis superiores de zinco, ferro e vitamina A (Beta caroteno) (Figura 7).

Figura 7 – Alimentos biofortificados: A. Verduras, B. Arroz, C. Milho, D. Batata-doce, E. Mandioca, F. Feijão-caupi



Fonte:

<https://www.embrapa.br/biofort#:~:text=A%20Rede%20BioFORT%20%C3%A9%20o,dieta%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20mais%20carente.>

8.3. Programa Balde Cheio

A Roda da Reprodução 2.0 está como exemplo de um dos manejos do Balde Cheio. Desenvolvido pela Embrapa Sudeste, é um aplicativo móvel para auxiliar no gerenciamento de rebanhos leiteiros. A ferramenta permite acompanhar o crescimento e o peso das novilhas e bezerras e monitorar, de maneira simples, os estágios produtivos e reprodutivos das vacas. O “Balde Cheio” derruba o mito de que tecnologia custa caro e não é acessível ao pequeno produtor. Ele se baseia em um diagnóstico bem estudado e no apontamento de arranjos simples na propriedade. Muito trabalho, sem grandes investimentos. Produção de leite ganha outro sentido. 5 X mais leite (HEBERLE *et al.*, 2021) (Figura 8).

Figura 8 – Roda da reprodução: Estágio reprodutivo (A), Monitoramento de estágios reprodutivos (B)



Fonte: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/5423/aplicativo-roda-da-reproducao---programa-balde-cheio>.

8.4. Fossa Séptica Biodigestora – Propriedades Rurais

O campo apresenta vários problemas pela falta de acesso ao saneamento básico, provocando, assim, contaminações dos solos, rios e alimentos, causando doenças humanas. A tecnologia social da Fossa Séptica, desenvolvida pela Embrapa Instrumentação tem como grande desafio atender a 1 bilhão de pessoas no mundo (GALINDO *et al.*, 2010; OLIVEIRA *et al.*, 2018) (Figura 9).

Figura 9 – Tecnologia social da Fossa Séptica, desenvolvida pela Embrapa



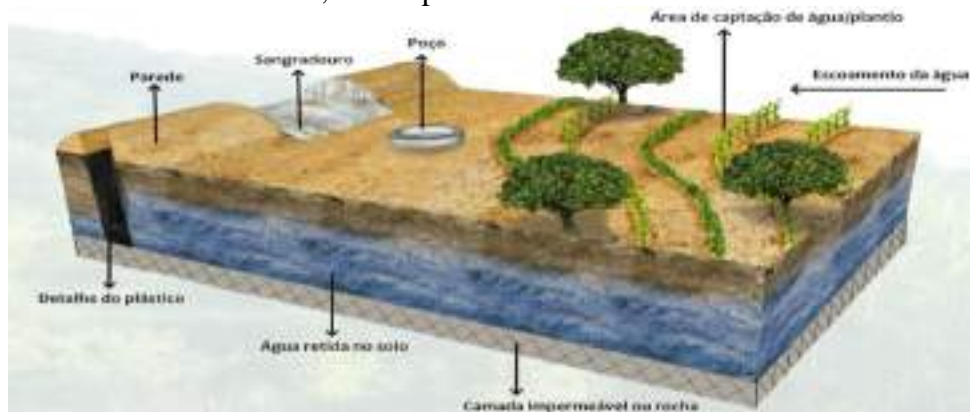
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=3cJuSoye2ZY>.

8.5. Barragem Subterrânea – Regiões Semiáridas

Barragens subterrâneas, tecnologia social hídrica, aperfeiçoada pela Embrapa Solos, Embrapa Semiárido e parceiros se constituem em avanços na busca da sustentabilidade agropecuária, além de contribuição para política pública e inserção produtiva com redução da

pobreza, promovendo o acesso e usos da água no Semiárido brasileiro (SILVA *et al.*, 2019), (Figura 10).

Figura 10 – Barragens subterrâneas, tecnologia social hídrica, aperfeiçoada pela Embrapa Solos, Embrapa Semiárido e Parceiros



Fonte: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/202201/1/Barragem-subterranea-2019.pdf>.

8.6. Monitoramento por Satélite – Programa ABC – ILPF

A tecnologia “Integração Lavoura, Pecuária e Floresta – ILPF” por monitoramento, desenvolvida pela Embrapa Solos e parceiros, tem resolvido problemas como desmatamentos, desertificação, inaptidão agrícola. Apresenta como um dos desafios a redução de emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) (SIMÕES *et al.*, 2016). Seus avanços buscam a sustentabilidade agropecuária (Figura 11).

Figura 11 – Integração Lavoura, Pecuária e Floresta – ILPF – por monitoramento por satélite



Fonte: https://www.embrapa.br/tema-integracao-lavoura-pecuaria-floresta-ilpf/noticias/-/asset_publisher/c8A6zTdcYVTe/content/id/3556101.

9. DESAFIOS FUTUROS

Relatórios Luz Estaduais/Nacional da SOCIEDADE CIVIL 2021 trazem um diagnóstico de demandas da sociedade e são fontes relevantes para orientar o processo de consideração de soluções ODS e devem ser inclusos pelas instituições que trabalham para a sociedade valorizados em todos os esforços nesse sentido (<https://gtagenda2030.org.br/>). Métodos inovadores na agricultura também são vistos como desafios e como permeáveis ao que propõe a Agenda 2030, a exemplo da inclusão de critérios comportamentais daqueles que cuidam da terra, da área produtiva.

Considerar o comportamento humano nas propriedades agrícolas é algo novo no processo de otimização de uso agroecológico de áreas produtivas. O método intitulado Diagnóstico Comportamental de Atividade Produtiva (DCAP) foi desenvolvido para avaliar resultados relacionados à adoção e ao impacto de tecnologias; é um método indicado a qualquer ambiente, atividade ou cadeia produtiva. Esse é um método inovador em áreas de pesquisa agrícola, extensão rural e políticas públicas, pois viabiliza estudos em adoção de tecnologia e avaliação de resultados em curto, médio e longo prazos, direcionando ações de intervenção para melhorar a atividade produtiva em análise (ROCHA *et al.*, 2021).

O Plano ABC+, que promove a adaptação à mudança do clima e o controle das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) na agropecuária brasileira, considera a gestão integrada da paisagem, com aumento da eficiência e resiliência dos sistemas produtivos. Após os primeiros dez anos de execução do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, o Plano ABC+ reitera a necessidade urgente da agropecuária brasileira dar continuidade à adoção de estratégias que aumentem sua capacidade adaptativa frente à mudança do clima.

O ABC+ ratifica o fomento de tecnologias de produção que agreguem maior eficiência produtiva, conservem solo, água e vegetação e promovam maior controle das emissões de GEE. Suas ações operacionais estão estruturadas sobre três estratégias conceituais: na Abordagem Integrada da Paisagem (AIP), com enfoque no aumento da capacidade adaptativa dos sistemas de produção agropecuária; nas contribuições para mitigação de GEE; e no estímulo à adoção e manutenção de Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis (SPSABC).

Os resultados obtidos com o uso dos SPSABC, em termos de adaptação, sintetizam-se na diminuição da vulnerabilidade e no aumento da resiliência dos sistemas agropecuários. O

ABC+ traz à tona a potencialidade do país em produzir e conservar. Exemplos: Sistema Plantio Direto, Fixação Biológica de Nitrogênio, Florestas Plantadas e Sistemas de Integração (como SAF, Integração Lavoura-Pecuária, Integração Lavoura-Floresta, Integração Pecuária-Floresta ou mesmo a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta) e Bioinsumos (BRASIL, 2021).

O alinhamento das metas internas, já estabelecidas por muitas empresas aos ODS, passa pelo mapeamento do impacto dos ODS ao longo da cadeia de valor como parte de um passo a passo a ser seguido para que os ODS sejam internalizados na estratégia dos negócios. Na verdade, as empresas já detêm um amplo conhecimento de tecnologias e de processos inovadores de gestão para viabilizar uma economia sustentável, e exemplos não faltam. Contudo a implementação das metas dos ODS, que vão estimular maior parceria com as instituições governamentais, sociais e empresariais, será extremamente valiosa e determinante para dar escala às boas práticas (CEBDS, 2015).

O terceiro setor, no qual tudo acontece, precisa ser alimentado cada vez mais de tecnologias e de informações contundentes nos alinhamentos às metas ODS e sensibilizados a fazer parte deste processo de internalização da Agenda 2030 em suas ações, traçando caminhos seguros de desenvolvimento sustentável e competitivos da cadeia alimentar.

Nesse cenário desafiador para o planeta, a Embrapa necessita urgentemente internalizar e interiorizar a Agenda 2030, atendendo ao apelo universal de levar para a sociedade a conscientização da necessidade de mudanças comportamentais e de paradigmas. Aplicando os métodos inovadores e tomando como modelo o P da dimensão Pessoas dentro do contexto agropecuário, a EMBRAPA deve oferecer caminhos tecnológicos sustentáveis, como o Plano ABC+. A inclusão do conceito “Abordagem/Agropecuária Integrada da Paisagem” (AIP), por exemplo, evidencia a interconectividade e as múltiplas sinergias entre os elementos da paisagem na produção agropecuária, garantindo a sustentabilidade da produção de alimentos e do uso da terra.

No momento em que faltam apenas alguns anos para o prazo final de avaliação do cumprimento das metas que constam nos 17 ODS, é crucial que a Embrapa avance na adoção de estratégias que permitam ir além da garantia de alinhamento de sua carteira de projetos aos ODS, e, sim, que consiga definir seus processos para viabilizar ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação que permitam alcançar avanços significativos quando os indicadores das metas mais representativas do escopo da empresa forem aplicados ao final do período coberto pelos ODS.

Com a recente criação do conjunto de Grupos Temáticos (GTs), no âmbito da Rede ODS Embrapa e de Grupos de Trabalho ODS (GTs ODS) no âmbito de suas Unidades, a Rede tem o potencial de contribuir para o melhor alinhamento dos ODS e suas metas aos instrumentos gerenciais e operacionais da instituição em várias escalas. Por exemplo, a atuação dos GTs Relacionamento Nacional e Internacional poderá ampliar as chances de contribuição ao ODS 17, Parcerias e Meios de Implementação da Agenda.

A expectativa é de que até 2025 a Embrapa esteja em plena internalização e interiorização da Agenda 2030 nos seus sistemas e com essa visibilidade caracterizada na sociedade. Ressalte-se a importância do desenvolvimento sustentável vinculado aos ODS e à transferência de tecnologia de soluções inovadoras para o cumprimento de 131 metas de 17 ODS até 2030, monitoradas pelos indicadores e disseminados pela carteira de “Balanço Social” da Embrapa, com as suas tecnologias em Sistema ESG alinhadas às metas ODS.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. S. DE P.; COSTA, M. F. DE A. F.; SELIG, R. **A contribuição da fazendinha agroecológica km 47 na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão em agroecologia e produção orgânica**. UFRRJ, 2018. Disponível em: <http://institucional.ufrrj.br/fazendinha/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BOAS Práticas e Relatório Prêmio Sesi ODS. **Portal ODS**, Paraná, [s. d]. Disponível em: <https://portalods.com.br/boas-praticas-e-relatorio-premio-sesi-ods/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano setorial para adaptação à mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária com vistas ao desenvolvimento sustentável (2020-2030) - ABC: visão estratégica para um novo ciclo** / Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação. Brasília: MAPA, 2021.

CEBDS. **Guia dos ODS para as Empresas**: Diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios, 2015. Disponível em: <https://cebds.org/wp-content/uploads/2015/11/Guia-dos-ODS.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

DIA de Campo na TV 2018 inova e terá série sobre ODS. **Embrapa**, Brasília, 20 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/30804142/dia-de-campo-na-tv-2018-inova-e-tera-serie-sobre-ods>. Acesso em: 10 mar. 2022.

EMBRAPA. **Balanço social 2020**. Brasília: Technological Information 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1131469/balanco-social-2020>. Acesso em: 10 mar. 2022.

EMBRAPA. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. ODS, [s. l.], 23 jun. 2021. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/Home/Noticia?id=106>. Acesso em: 10 mar. 2022.

EMBRAPA. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Technological Solutions. 2016. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em: 10 mar. 2022.

EMBRAPA. Secretaria de Desenvolvimento Institucional. **Balço Social 2017**. Brasília, DF: Embrapa, 2018. 28 p.

EMBRAPA. **VII Plano Diretor da Embrapa 2020-2030**. Booklets, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1126091/vii-plano-diretor-da-embrapa-2020-2030>. Acesso em: 10 mar. 2022.

EXPERIÊNCIA da Embrapa é destaque em Plataforma ODS da ONU. **Embrapa**, Brasília, 9 jul. 2019. News. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/45392888/experiencia-da-embrapa-e-destaque-em-plataforma-ods-da-onu>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GALINDO, N.; SILVA, W. T. L. da; NOVAES, A. P. de; GODOY, L. A. de; SOARES, M. T. S.; GALVANI, F. **Perguntas e respostas: fossa séptica biodigestora**. Brasília: Embrapa Instrumentação, 2010.

HAMMES, V. S.; ARZABE, C. Inteligência coletiva para o alcance da sustentabilidade: Macroeducação, um método com ênfase na colaboração. **Anais do XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão**, Rio de Janeiro, p. 1-14. 2015.

HAMMES, V.; ARZABE, C. PGMacro for sustainability: a practice of planning and management and its visual artifacts. **Proceedings of the 6th Organizations, Artifacts & Practices (OAP) workshop**, p. 124-125. Portugal: Lisboa, 2016.

HEBERLE, A. L. O.; NOVO, A. L. M.; CAMARGO, A. C. de; FRAGALLE, C. V. P. **Intercâmbio, construção do conhecimento e comunicação no Programa Balde Cheio**. Brasília: Embrapa Pecuária Sudeste, 2021.

MOSTRA de videoclipes ambientais com músicas da Amazônia. [S. l.:s. n.], 11 jun. 2021. 1 vídeo (1h 41 min 13 s). Publicado pelo canal Embrapa. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=u4JRe84Cz_M. Acesso em: 10 mar. 2022.

OLIVEIRA, B. R. de; GUEDES, M. C.; LIRA-GUEDES, A. C.; MARMO, C. R.; SARGES, R. C.; COSTA, J. B. P. **Construção do sistema de fossa séptica biodigestora adaptada para várzeas estuarinas do Rio Amazonas**. Brasília: Embrapa Amapá, 2018.

REDE BioFORT. **Embrapa**, Brasília, [s. d.]. Projetos. Disponível em: <https://www.embrapa.br/biofort#:~:text=A%20Rede%20BioFORT%20%C3%A9%20o,dieta%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20mais%20carente>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ROCHA, F. E. de C.; BRASIL, B. dos S. A. F.; BORGES, J. A. R.; GALERANI, P. R.; SOUZA, M. G. S. de; MACHADO, M. dos S. **Abordagem da agricultura**

comportamental: proposta para a pesquisa em adoção de tecnologia. Brasília, DF: Embrapa, 2021, 145 p. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1132121>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVA, M. S. L. da; LIMA, A. de O.; MOREIRA, M. M.; FERREIRA, G. B.; BARBOSA, A. G.; MELO, R. F. de; OLIVEIRA NETO, M. B. de. Barragem subterrânea. In: XIMENES, L. F.; SILVA, M. S. L. da; BRITO, L. T. de L. (Ed). **Tecnologias de convivência com o Semiárido brasileiro. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil**, 2019. cap. 2, p. 223-281.

SIMÕES, M., NEVES, M. L., FERRAZ, R. P. D., FREITAS, P. L. Uso de satélite e métodos multi-escala para apoiar o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC). **Seminário PIBIC Embrapa Solos 2015/2016**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2016. (Embrapa Solos. Documentos, 188). p. 33-36.

SOCIEDADE CIVIL. **V Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil**. 2021. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

YONGLONG L.; NAKICENOVIC, N.; VISBECK M.; STEVANCE, A. Five priorities for the UN Sustainable Development Goals Restructure data gathering and evaluation networks to address climate change, energy, food, health and water provision. **Nature**, v.521, n. 7550, p. 28-28, 2015. Disponível em: <https://go.gale.com/ps/i.do?id=GALE%7CA411013073&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=abs&issn=00280836&p=AONE&sw=w&userGroupName=anon%7E49c7e33d>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CAPÍTULO 2 – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA): RESPONSABILIDADE COM A VIDA

Ariadne Enes Rocha¹

Cláudia Costa e Silva²

Tercia Cristina dos Reis Silva³

1. RESPONSABILIDADE COM A VIDA

A missão mais evidente das Instituições de Ensino Superior (IES) é a formação acadêmica pautada nos conteúdos científicos sistematizados e contextualizados. A formação cidadã, aliada à formação acadêmica, tem contribuído para a construção de profissionais comprometidos com o desenvolvimento baseado no contexto da realidade do seu município, estado e país, abrangendo aspectos sociais, econômicos e ambientais.

A compreensão da Agenda 2030 e dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, alinhados à missão e visão institucionais na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), permite um planejamento para a formação profissional e relação com a sociedade visando à responsabilidade com a vida e com a existência dos seres humanos neste planeta, por meio da reflexão, discussão e adoção de práticas direcionadas a acabar com a pobreza e fome em todos os lugares; combater as desigualdades, dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais.

A relação efetiva da UEMA com a sociedade permitirá não apenas uma força de trabalho altamente capacitada e qualificada, mas também a capacitação dos formadores capazes de solucionar problemas impostos a cada geração, demonstrando mais uma vez o quanto as universidades são vitais para o desenvolvimento de núcleos de inovações baseadas na Ciência.

¹ Doutora em Agronomia. Assessoria Especializada na Articulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Universidade Estadual do Maranhão. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8614085767062686>. E-mail: ariadnerocha@professor.uema.br

² MSc em Engenharia do Ambiente. Assessoria Especializada na Articulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Universidade Estadual do Maranhão. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5994383551186276>. E-mail: claudiacosta@uema.br

³ MSc em Agroecologia. Assessoria Especializada na Articulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Universidade Estadual do Maranhão. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8255199924314493>. E-mail: terciareis@uema.br

2. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

A UEMA teve sua origem na Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM, criada pela Lei 3.260, de 22 de agosto de 1972, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional superior do Maranhão. A FESM, inicialmente, foi constituída por quatro unidades de ensino superior: Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Faculdade de Caxias. Em 1975 a FESM incorporou a Escola de Medicina Veterinária de São Luís e, em 1979, a Faculdade de Educação de Imperatriz. A FESM foi transformada na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) por meio da Lei nº 4.400, de 30 de dezembro de 1981, e teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal nº 94.143, de 25 de março de 1987, como uma autarquia de regime especial, pessoa jurídica de direito público, na modalidade multicampi (Figura 1).

Figura 1 – Distribuição espacial da UEMA em 55 municípios maranhenses



Fonte: UEMA (2021).

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) possui sede administrativa no município de São Luís e, ao longo dos últimos anos, passou por um processo de expansão e interiorização acentuado. Atualmente, encontra-se presente em 55 municípios maranhenses (Figura 1), com oferta de 91 cursos (39 profissões), 20 Centros, 40 polos do Núcleo de Tecnologias Educacionais da UEMA (UEMANet), 28 do Programa Ensinar e 6 do Programa de Formação Profissional e Tecnológica – ProfiTec. A UEMA oferta atualmente 19 cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, 13 cursos de Especialização *Lato Sensu* e 35 cursos abertos de aperfeiçoamento (Plataforma Eskada, Uemanet).

Em São Luís, capital do Estado, a UEMA está estruturada em quatro Centros de Ciências, localizados na Cidade Universitária Paulo VI, que constituem o Campus São Luís, são eles: Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais (CECEN); Centro de Ciências Tecnológicas (CCT); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e Centro de Ciências Agrárias (CCA).

A presença no município de São Bento é atualmente um Centro Avançado do CCA. Os Centros no continente estão distribuídos em 19 municípios: Bacabal (Centro de Estudos Superiores de Bacabal – CESB); Balsas (Centro de Estudos Superiores de Balsas – CESBA); Barra do Corda (Centro de Estudos Superiores de Barra do Corda – CESBAC); Caxias (Centro de Estudos Superiores de Caxias – CESC); Codó (Centro de Estudos Superiores de Codó – CESCDD); Coelho Neto (Centro de Estudos Superiores de Coelho Neto – CESCND); Colinas (Centro de Estudos Superiores de Colinas – CESCO); Coroatá (Centro de Estudos Superiores de Coroatá – CESCORA); Grajaú (Centro de Estudos Superiores de Grajaú – CESGRA); Itapecuru Mirim (Centro de Estudos Superiores de Itapecuru Mirim – CESITA); Lago da Pedra (Centro de Estudos Superiores de Lago da Pedra – CESLAP); Pedreiras (Centro de Estudos Superiores de Pedreiras – CESP); Pinheiro (Centro de Estudos Superiores de Pinheiro – CESPI); Presidente Dutra (Centro de Estudos Superiores de Presidente Dutra – CESPRED); São Bento (Centro de Estudos Superiores de São Bento – CESSB); Santa Inês (Centro de Estudos Superiores de Santa Inês – CESSIN); São João dos Patos (Centro de Estudos Superiores de São João dos Patos – CESJOP); Timon (Centro de Estudos Superiores de Timon – CESTI); e Zé Doca (Centro de Estudos Superiores de Zé Doca – CESZD).

A gestão superior é composta pela Reitoria, Vice-Reitoria, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEXAE), Pró-Reitoria de Graduação (PROG), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG), Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD), Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA) e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP). Vinculados à Reitoria, estão setores estratégicos, como Superintendência de Gestão Ambiental,

Superintendência de Relações Internacionais e Assessoria Especializada na Articulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da UEMA.

A Superintendência de Gestão Ambiental (SGA), criada em 2015 com a nomenclatura de Assessoria de Gestão Ambiental (AGA), tem como meta desenvolver um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) que envolva todos os segmentos da Universidade na resolução de problemas socioambientais da IES. A Superintendência de Relações Internacionais (SRI) foi criada também em 2015, com nomenclatura de Assessoria de Relações Internacionais (ARI), para desenvolver, orientar e promover a internacionalização da Universidade Estadual do Maranhão. A Assessoria Especializada na Articulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS – UEMA, mais recentemente criada, em 2021, propõe incluir a UEMA no contexto da Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, incorporando-os na missão da instituição.

3. CONTEXTO MARANHENSE

A condição de pobreza é uma discussão mundial que está associada aos fatores socioeconômico e ambiental. O Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2019) demonstra que 600 milhões de pessoas vivem na extrema pobreza, em todo o mundo, considerado o parâmetro adotado pela ONU e pelo Banco Mundial de U\$1,90 (um dólar e noventa centavos) por dia como limiar da “linha da pobreza”.

O Brasil é considerado um dos países que mais concentra renda no topo da pirâmide social (PITOMBEIRA; OLIVEIRA, 2020). Com mais de 200 milhões de pessoas, os 10% mais ricos estão entre aqueles que ganham mais de dez salários mínimos (OXFAN BRASIL, 2018). O Norte e o Nordeste apresentam metade da população com percentual de pessoas vivendo com até 1/2 salário mínimo mensalmente, enquanto que nas demais regiões esse percentual varia entre 15,6% e 21,5%. Com a referência do salário mínimo per capita, o Nordeste possui 77,3% de pessoas residentes em domicílios particulares nessa situação, e a região Norte possui 76%, enquanto na região Sudeste possui 50,2%; a região Centro-Oeste, 52%; e a região Sul, 42,3% (IBGE, 2018). No mercado de trabalho, a taxa de desocupação (14,6%) do trimestre móvel de março a maio de 2021 manteve estabilidade em relação ao trimestre de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021 (14,4%) (AGÊNCIA IBGE, 2021).

Na Síntese de Indicadores Sociais, publicada em 2020, o Maranhão foi uma das Unidades da Federação que apresentou os menores rendimentos médios, com o valor de R\$1.287. A proporção de trabalhadores em ocupações informais alcançou, no Maranhão, 65,4%, com um dos menores rendimentos médio e mediano, R\$637 e R\$406, nessa ordem.

Quando se observa o nível geográfico de Unidade da Federação, para a linha internacional de pobreza, destaca-se o Maranhão, com 1 em cada 5 residentes na situação de indigência, pela ótica estritamente monetária e o acesso domiciliar à Internet de 65,6% (IBGE, 2020).

4. AGENDA 2030 na UEMA

O processo histórico e de atuação da Universidade Estadual do Maranhão no ensino, pesquisa, extensão e gestão apresenta articulação com os principais temas elencados pela Agenda 2030, como: pobreza, fome, desigualdades, justiça inclusiva, direitos humanos, igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e meninas e recursos naturais.

Reconhecendo a importância das temáticas apontadas pela Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável no planeta, com ações locais, a Universidade Estadual do Maranhão instituiu o Biênio 2021-2022 para destaque dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por meio da RESOLUÇÃO N.º 1047/2021-CONSUN/UEMA.

A articulação junto a todos os setores da UEMA e aos parceiros externos de programas, projetos e atividades voltadas à promoção e ao desenvolvimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é missão e objetivo primordial da Assessoria Especializada na Articulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS – UEMA, instituída pela RESOLUÇÃO N.º 1050/2021-CONSUN/UEMA.

5. ASSESSORIA ESPECIALIZADA NA ARTICULAÇÃO DOS ODS NA UEMA

A compreensão do papel da UEMA, com impacto social, econômico e ambiental no estado e no mundo, e o desenvolvimento de ações já alinhadas às temáticas trabalhadas pela Agenda 2030 foram os motivadores da elaboração de um plano de ação de alinhamento institucional com a Agenda 2030 e os ODS.

A versão preliminar do plano foi apresentada à Reitoria, Pró-reitores e assessores da Reitoria no dia 23 de fevereiro de 2021, com avaliação e adequação do documento, qualificando-o para a sua apresentação na reunião com o Conselho Universitário (CONSUN), Conselho de Administração (CAD) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) no dia 26 de fevereiro do mesmo ano. Na oportunidade, o plano de ação foi apresentado, discutido e aprovado.

Por meio da RESOLUÇÃO N.º 1050/2021-CONSUN/UEMA, publicada em 9 de abril de 2021, a Assessoria Especializada na Articulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS UEMA, foi oficialmente instituída, no âmbito da Universidade Estadual do

Maranhão, com o propósito de articular a adoção e incorporação da Agenda 2030 e dos 17 ODS na prática do ensino, pesquisa, extensão e gestão da instituição.

A estrutura da Assessoria é composta atualmente por dois cargos de assessor, já existentes e criados por lei, além de bolsistas de projetos de sua área de atuação e estagiários. A liderança da Assessoria está a cargo de um Assessor-Chefe, auxiliado por um Assessor-Técnico, ambos designados pelo Reitor.

Por meio da PORTARIA NORMATIVA N.º 66/2021-GR/UEMA, foi criada a Comissão para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CODS) para o desenvolvimento, o acompanhamento e a cooperação na execução do Plano de Ação da Assessoria Especializada na Articulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com a finalidade da efetivação da implantação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, propostos pela ONU, na Universidade Estadual do Maranhão.

A Comissão é composta por membros nomeados pelo Reitor, com docentes e servidores da Universidade, indicados por setores estratégicos a atuarem na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tendo o Biênio 2021-2022 como prazo para execução das atividades propostas.

As principais ações da Comissão são: I – Elaborar o Plano de Formação ODS; II – Propor métodos de sensibilização e difusão de formação inicial e continuada sobre os ODS; III – Contribuir para a adequação e produção de conteúdo e documentos institucionais alinhados aos ODS; IV – Estruturar formas de cadastro e premiação das iniciativas articuladas com os ODS; V – Organizar publicações com as iniciativas de ensino, pesquisa, extensão e gestão articuladas com os ODS. VI – Elaborar estratégias de incentivo e promoção de oportunidades para que todos os setores obtenham resultados de aplicação de ODS em suas atividades.

6. PLANO DE AÇÃO DOS ODS NA UEMA

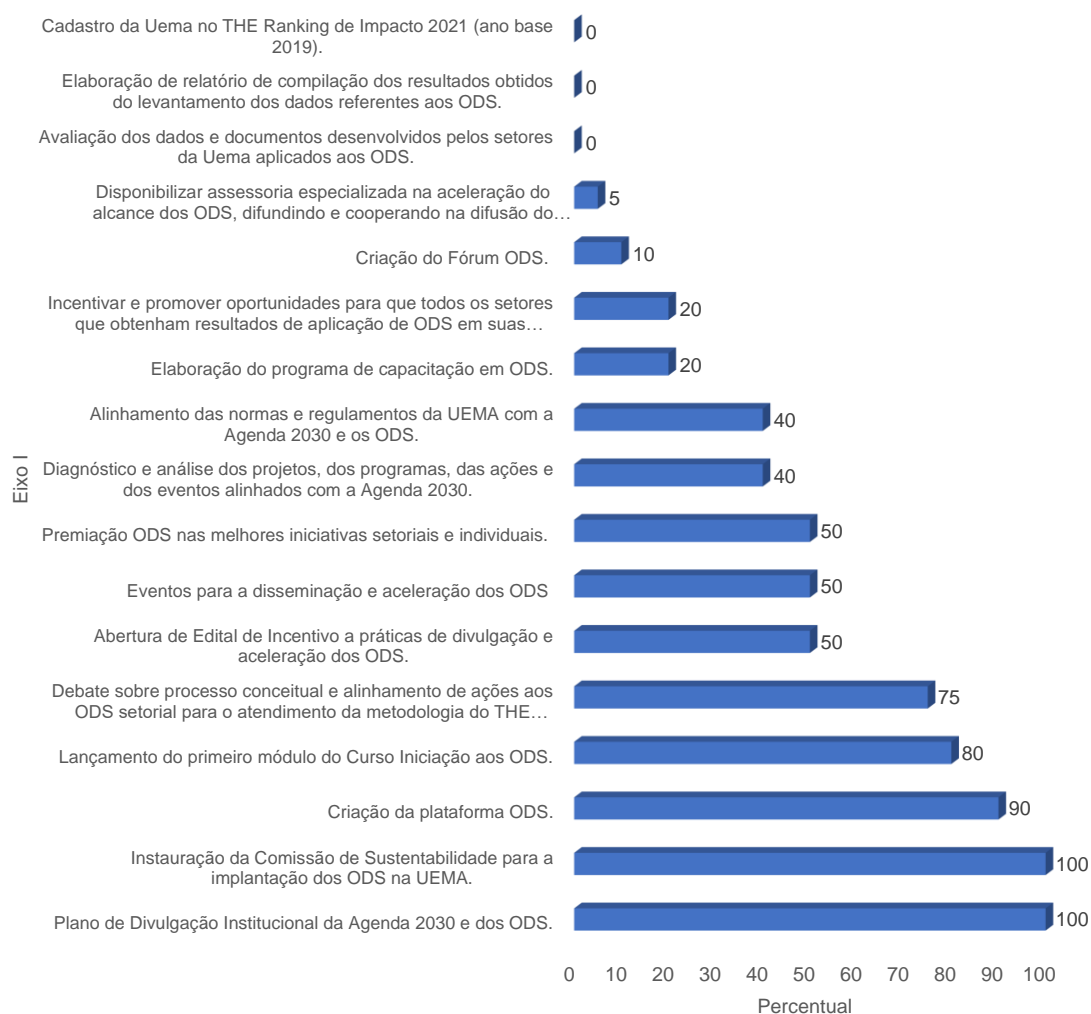
O Plano de Ação dos ODS para a UEMA foi elaborado com o objetivo de:

- Desenvolver a cultura institucional de sustentabilidade na Universidade Estadual do Maranhão, por meio da aplicação e cumprimento da Agenda 2030 e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Envolver todas as dimensões, setores e atores da UEMA na inclusão da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos processos institucionais;

- Elaborar propostas de colaboração, cooperação e interligação com a sociedade/ na geração de respostas e soluções para problemas;
- Criar ações estratégicas para a adoção dos ODS na Universidade Estadual do Maranhão, para o enfrentamento da condição de pobreza e solucionar os desafios do desenvolvimento sustentável.

As ações propostas no Plano de Ação estão subdivididas em eixos. O primeiro eixo aborda o planejamento e execução institucional, com prazo de execução previsto entre março e dezembro de 2021, com atividades descritas na Figura 2 e demonstrando o cumprimento de metas nos 100 primeiros dias da existência da assessoria, em exemplos das atividades realizadas nas Figuras 2, 3, 4 e 5.

Figura 2 – Percentual de realização das ações previstas para o Eixo I – Planejamento e execução institucional (março a dezembro de 2021)



Fonte: Elaborada pela equipe, 2021.

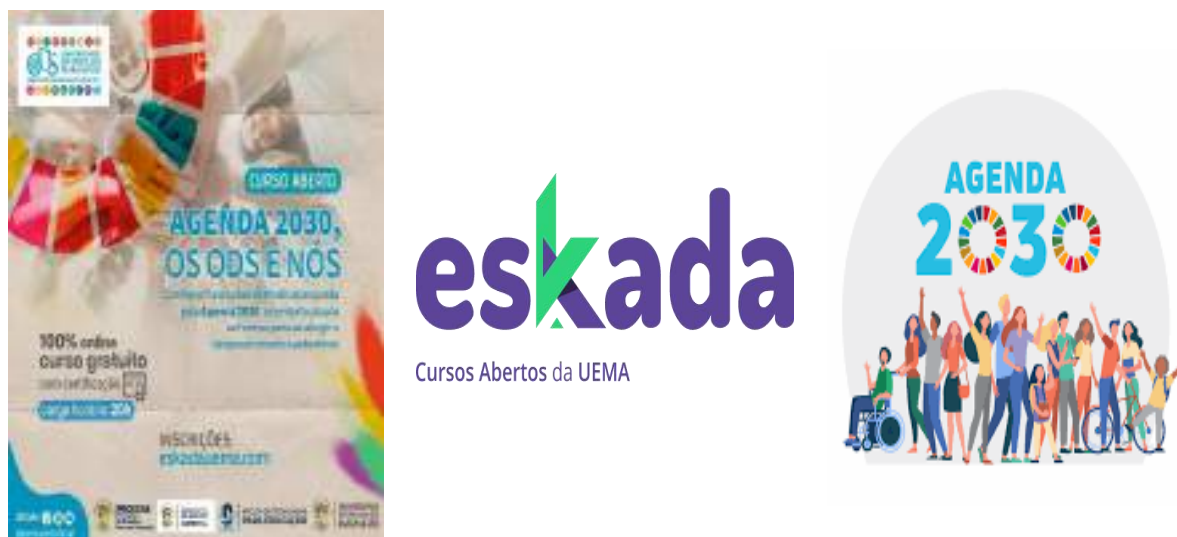
A UEMA está em fase de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025, já com vinculação dos objetivos estratégicos aos ODS.

Figura 3 – Criação da página da Assessoria na página oficial da UEMA (<https://ods.uema.br/>), com a Plataforma ODS de autocadastro de experiências de ensino, pesquisa e extensão

The image shows a web browser window displaying the 'Plataforma ODS' registration page. The header includes the UEMA logo and navigation links: Home, Assessoria, Agenda 2030, Regulamentação, Fórum, Publicações, Ações, and Plataforma. The main heading is 'Plataforma ODS'. Below it, there is a descriptive paragraph in Portuguese: 'A Plataforma ODS Uema é uma ferramenta de autocadastro de iniciativas de ensino, pesquisa e extensão vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Poderão ser cadastradas ações já realizadas em anos anteriores e em andamento. Participe! As ações cadastradas serão validadas pela Comissão ODS (Lei nº 0017/2011 - RESOLUÇÃO Nº 66/2021 - CIVE/UEMA). Após o etapa de validação das ações ocorrerá a divulgação na página https://ods.uema.br/ para conhecimento da comunidade acadêmica e da sociedade. As melhores iniciativas concorrerão a PREMIAÇÃO ODS UEMA.' Below the text is a registration form with the following fields: 'Título da ação' (text input), 'Tipo de ação' (dropdown menu with 'Selecione o tipo de ação'), and 'Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (Fonte: ONU)' with checkboxes for '1 - Erradicação da Pobreza' and '2 - Fome zero e agricultura sustentável'.

Fonte: Elaborada pela equipe, 2021.

Figura 4 – Lançamento do Curso “Agenda 2030, os ODS e nós”, pela plataforma Eskada, UEMA



Fonte: Elaborada pela equipe, 2021.

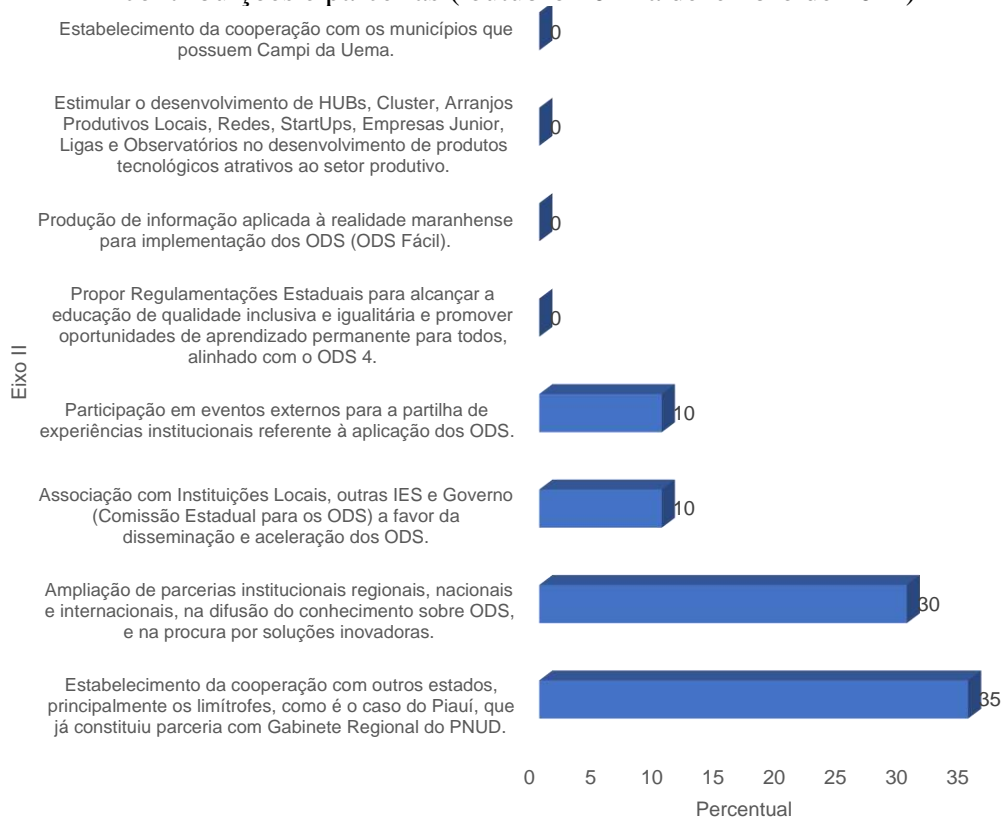
Figura 5 – Eventos de divulgação, informativos e de aceleração dos ODS na UEMA



Fonte: Elaborada pela equipe, 2021.

O segundo eixo aborda o Regional: contribuições e parcerias, com prazo de execução previsto entre outubro 2021 e dezembro de 2022 na Figura 6.

Figura 6 – Percentual de realização das ações previstas para o Eixo II – Regional: contribuições e parcerias (outubro 2021 a dezembro de 2022)



Fonte: Elaborada pela equipe, 2021.

Para demonstrar o cumprimento das metas nos 100 primeiros dias da existência da assessoria, as Figuras 7 e 8 trazem exemplos das atividades realizadas.

Figura 7 – Produção de informação aplicada à realidade maranhense para implementação dos ODS - <https://ods.uema.br/dicas-de-ods/>



Fonte: Elaborada pela equipe, 2021.

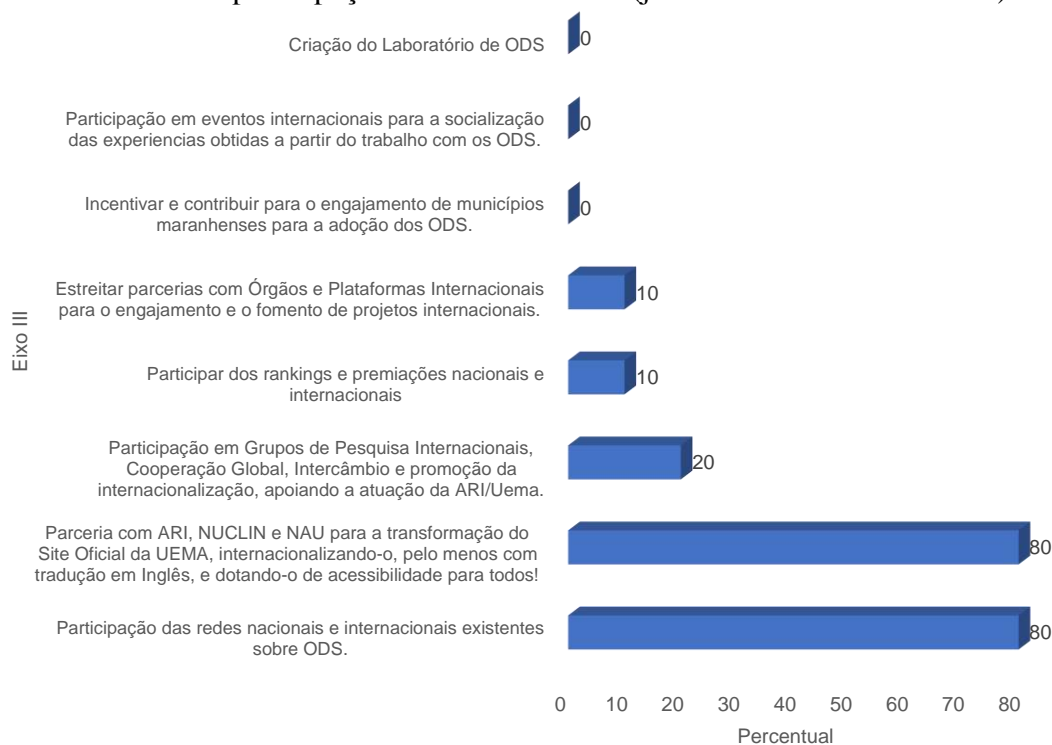
Figura 8 – Participação em eventos externos para a partilha de experiências institucionais referentes à aplicação dos ODS, organizados pela Escola Ambiental do Estado do Maranhão



Fonte: Elaborada pela equipe, 2021.

O terceiro eixo “Nacional e Internacional”: participação e reconhecimento, com prazo de execução previsto entre janeiro a dezembro de 2022, com atividades descritas na Figura 9 e demonstrando o cumprimento de metas nos 100 primeiros dias da existência da assessoria, em exemplos das atividades realizadas nas Figuras 10 e 11.

Figura 9 – Percentual de realização das ações previstas para o Eixo III – Nacional e Internacional: participação e reconhecimento (janeiro a dezembro de 2022)



Fonte: Elaborada pela equipe, 2021.

Figura 10 – Participação da UEMA na Rede ODS Brasil (<https://www.redeodsbrasil.org/gt-cti>), como membro do GT CIÊNCIA, TECNOLOGIA & INOVAÇÃO e na SDSN Amazônia



Fonte: Elaborada pela equipe, 2021.

Figura 11 – Parceria com SRI, NUCLIN e NAU para a transformação do Site Oficial da UEMA, internacionalizando-o, pelo menos com tradução em inglês, francês e espanhol e dotando-o de acessibilidade para todos

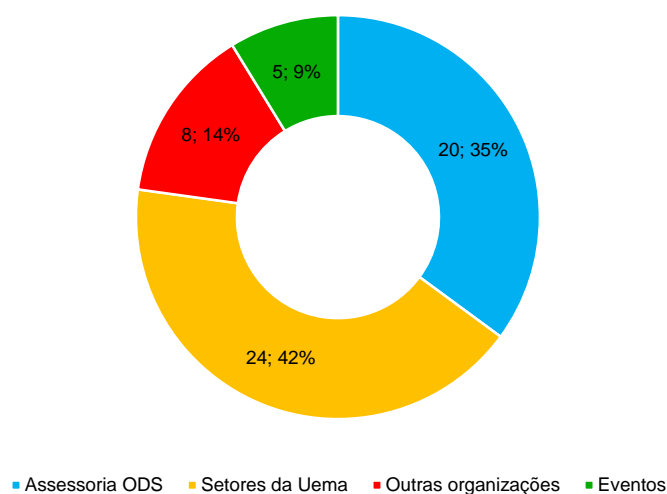


Fonte: Elaborada pela equipe, 2021.

7. COOPERAÇÕES INTERSETORIAIS

Após aprovação do Plano de Ação pelos Órgãos Colegiados, a Assessoria ODS realizou atividades estratégicas de planejamento interno do setor e articulação com os diferentes setores da UEMA, em reuniões conduzidas em formato remoto (Figura 12), utilizando plataforma *Teams* e, eventualmente, *Google Meet*.

Figura 12 – Tipos de atividades realizadas pela Assessoria Especializada na Articulação dos ODS – UEMA



Fonte: Elaborada pela equipe, 2021.

O maior número das reuniões foi realizado com Setores da UEMA (42% das atividades realizadas). Os setores foram selecionados como estratégicos para a adoção da Agenda 2030, sendo esses: Reitoria e Vice-Reitoria; Assessoria de Comunicação; Superintendência de Relações Internacionais; Pró-Reitoria de Planejamento e Administração; Superintendência de Gestão Ambiental; Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis; Núcleo de Tecnologia para a Educação; Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas; Pró-Reitoria de Infraestrutura; Pró-Reitoria de Graduação e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. A assessoria estabeleceu reuniões internas semanais, em formato remoto, para o planejamento e avaliação sistemática. Tais reuniões regulares foram fundamentais para a avaliação contínua e redefinição das estratégias de ação, possibilitando readequação mediante permanente consulta ao plano assumido.

A procura e articulação com outras organizações governamentais do estado do Maranhão deflagrou-se após a divulgação do alinhamento da UEMA do compromisso para com a Agenda 2030 e os ODS, promovida pela ASCOM – Assessoria de Comunicação – por meio da página oficial da instituição e demais mídias sociais oficiais. Conseqüentemente, foram realizadas reuniões para apresentação do Plano de Ação, bem como da assessoria, com a Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) e Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDHIPOP), possibilitando a adequação do Plano Plurianual (PPA) da UEMA aos ODS e pleitear a participação da instituição na *Comissão Estadual para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CEODS)*.

A comunicação, as campanhas de divulgação, a sensibilização e a adesão à Agenda 2030 e os ODS na UEMA nos diferentes setores e segmentos são importantes para o cumprimento dos objetivos propostos no Plano ODS UEMA.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 148 p.

OXFAM BRASIL. **País estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil, 2018.

PITOMBEIRA, D. F., OLIVEIRA, L. C. Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. **Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 25, n. 5, p. 1699-1708, 2020.

PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 14,6% e taxa de subutilização é de 29,3% no trimestre encerrado em maio. **In: AGÊNCIA IBGE. [S. l.], 2021.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31254-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-6-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-3-no-trimestre-encerrado-em-maio>. Acesso em: **25 ago. 2021.**

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**: Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova York: PNUD, 2019. 362p. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 27 jan. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Plano de ação ODS – UEMA**. São Luís: Assessoria Especializada na Articulação dos ODS na Uema, 2021. 21p.

CAPÍTULO 3 – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO (UENF) E A AGENDA 2030

Angela Pierre Vitória¹

Rosana Rodrigues²

1. BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A *Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)*, apresentada como sendo a “Universidade do Terceiro Milênio”, surgiu a partir da mobilização da sociedade organizada de Campos dos Goytacazes (RJ). Uma emenda popular prevendo a sua criação foi incluída na Constituição Estadual do Rio de Janeiro de 1989. No início da década de 1990, o grande desafio do movimento popular pró-UENF foi cumprir o prazo legal para a criação da Universidade, e, após um intenso esforço coletivo de sensibilização das autoridades, foi aprovada pela Assembleia Legislativa a lei de criação da UENF, sancionada pelo então governador Moreira Franco em 08/11/90.

A Lei 1.740 autorizava o Poder Executivo a criar a Universidade Estadual do Norte Fluminense, com sede em Campos dos Goytacazes, sendo que, em 27/02/91, o Decreto 16.357 criava a UENF e aprovava o seu Estatuto. Com a eleição de Leonel Brizola para o governo do Estado do Rio de Janeiro e sua posse em 1991, o projeto da UENF ganhou novos rumos, e o Governador pôs em execução a implantação da UENF, delegando ao educador e antropólogo Darcy Ribeiro a tarefa de conceber o modelo e coordenar a implantação, e à Oscar Niemayer, a tarefa do projeto arquitetônico (Figura 1). Darcy foi também criador e o primeiro reitor da Universidade de Brasília (UnB) e autor de projetos de instauração ou reforma de universidades na Costa Rica, Argélia, Uruguai, Venezuela e Peru.

¹ Assessora Internacional e Institucional. Lattes: lattes.cnpq.br/2746170518759611. ORCID ID: 0000-0001-83133068. E-mail: assaii@uenf.br.

² Vice-Reitora. Lattes: lattes.cnpq.br/5968162110543751. ORCID ID: 0000-0002-8180-7265. E-mail: rosana@uenf.br.

Figura 1 – Da esquerda para a direita: Oscar Niemayer, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro na apresentação da maquete da UENF, 1990



Fonte: Acervo UENF.

Ao receber a missão de fundar a UENF, Darcy se impôs o desafio de fazer da nova universidade o seu melhor projeto e, assim, concebeu um modelo inovador, no qual os departamentos dariam lugar a laboratórios temáticos e multidisciplinares como célula da vida acadêmica. Cercou-se de pensadores e pesquisadores renomados para elaborar o projeto da UENF. O seu processo de implantação começou efetivamente em dezembro de 1991, quando o decreto n.º 17.206 instituiu, junto à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais, a Comissão Acadêmica de Implantação.

O primeiro vestibular para a UENF foi realizado em 03 de junho de 1993; a primeira aula no campus foi ministrada em 16 de agosto de 1993, data definida como a da implantação da Universidade. Em 08 de dezembro de 1993, foi inaugurada a Casa de Cultura Villa Maria, instalada em palacete de 1918, de estilo eclético, símbolo da união umbilical da UENF com a sociedade de Campos. O casarão tinha sido deixado em testamento pela senhora Maria Tinoco Queiroz – conhecida como D. Finazinha, falecida aos 18 de dezembro de 1970 – para ser a sede de uma futura universidade.

A UENF foi a primeira universidade brasileira onde todos os professores possuem o grau de Doutor. Isso marca, desde o início, seu forte compromisso com a pesquisa, além dos outros dois pilares institucionais: a educação e a extensão. A UENF é a única universidade

brasileira a ter recebido por três vezes o Prêmio “Destaque do Ano na Iniciação Científica”, conferido pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O grande percentual de ex-alunos da Iniciação Científica concluindo cursos de mestrado e doutorado foi um dos aspectos que laurearam a UENF nos anos de 2003, 2009 e 2016. Por força do regulamento, a instituição vencedora tem que cumprir um intervalo sem concorrer à premiação. A UENF foi também uma das instituições pioneiras na oferta de cursos de graduação a distância, cumprindo uma missão conferida pela visão de futuro de seu fundador. Por meio do Consórcio Cederj, a UENF foi a responsável, no início de 2002, pelo primeiro curso de graduação (licenciatura) em Ciências Biológicas a distância implantada no país.

Desde 2007 a UENF tem sido reconhecida pelo MEC como uma das 15 melhores universidades brasileiras no ranking nacional baseado no IGC (Índice Geral de Cursos da Instituição). Em 2012, a UENF foi considerada a melhor universidade do estado do Rio de Janeiro e a 11ª melhor do país. O IGC compila num único índice uma série de parâmetros de qualidade da totalidade dos cursos de graduação e pós-graduação de cada instituição. Em 2008, a UENF recebeu o Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos, categoria Extensão Universitária, concedido pela Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), com patrocínio da Fundação SM.

Atualmente a UENF possui dois Campi: Campus Leonel Brizola, em Campos dos Goytacazes, e Campus Carlos Alberto Dias, em Macaé.

2. AGENDA 2030 E O PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO (PLINTER)

A UENF vem implantando políticas de sustentabilidade, tanto na esfera acadêmica quanto na gestão. Recentemente, o Plano de Internacionalização e Institucionalização (Plinter) foi aprovado internamente na Universidade (Processo SEI-260009/001884/2021), trazendo metas e propondo ações acadêmicas e culturais relacionadas às metas da Agenda 2030. Esse plano se fundamenta na promoção da circulação de ideias globais dentro da instituição, e seus objetivos estão alinhados com as demandas mundiais, o cenário de alta competitividade e qualificação profissional e a necessidade urgente de ações de sustentabilidade envolvendo conhecimento nacional e internacional. Dentre os apontamentos do Plinter, destacam-se a

preocupação com as questões globais e as ações institucionais de pesquisa para inovação levando em consideração temas transversais às diferentes áreas do conhecimento, assim como a abrangência à sustentabilidade tal como preconizado, por exemplo, pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU.

3. AÇÕES INSTITUCIONAIS NA GRADUAÇÃO

A UENF oferece três modalidades de cursos de graduação: presenciais, semipresenciais e bimodais (parte presencial e parte a distância). As formas de ingresso são o Sistema de Seleção Unificada/SISU, nos cursos presenciais, e o Vestibular do Consórcio Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), nos cursos semipresenciais. Atualmente a UENF conta com 16 cursos presenciais: Administração Pública, Agronomia, Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado), Ciência da Computação, Pedagogia (licenciatura), Ciências Sociais, Engenharia Civil, Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo, Engenharia de Produção, Engenharia Metalúrgica, Física (licenciatura), Matemática (licenciatura), Medicina Veterinária, Química (licenciatura) e Zootecnia. No âmbito do programa Universidade Aberta do Brasil, a UENF participa da oferta de cursos de graduação semipresencial por meio do Consórcio CEDERJ, formado por oito Instituições de Ensino Superior (UENF, UERJ, UFF, UFRJ, UFRRJ, UNIRIO, CEFET e IFF), em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro. A UENF possui três cursos EaD (Ensino a Distância) de licenciatura: Ciências Biológicas, Química e Pedagogia, além de uma graduação bimodal em Engenharia Meteorológica.

3.1. Revista PIBIC/UENF “Conhecendo a Ciência”

Como destacado no histórico, a UENF tem uma atenção especial com o Programa de Iniciação Científica, três vezes premiado pelo CNPq com o Prêmio Destaque do Ano na IC, na categoria Mérito Institucional (2003, 2009 e 2016). Além do Programa PIBIC Nota 10, no qual uma bolsa de maior valor é ofertada a alunos com desempenho e coeficiente de rendimento diferenciado, a UENF publica bimensalmente a Revista PIBIC/UENF “Conhecendo a Ciência”.

Essa revista de divulgação científica traz as pesquisas realizadas pelos estudantes de graduação em seus projetos de IC. As edições 19, 21, 22 e 23 de 2019 apresentam pesquisas referentes às linhas temáticas dos ODS, tal como pesquisas sobre as potencialidades das plantas

no combate aos causadores de diversas doenças, energia limpa e sustentável, acessibilidade, igualdade de gênero, entre outros (Figura 2 e Tabela 1).

Figura 2 – Edições da Revista PIBIC/UENF “Conhecendo a Ciência” relacionadas aos ODS da Agenda 2030



Fonte: Acervo PIBICT.

Tabela 1 – Edições da revista do PIBICT/UENF “Conhecendo a Ciência”, título dos artigos e a meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aos quais estão ligados

Data da Edição	Título do artigo	Meta ODS
05/2019	Conheça pesquisas da UENF que contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Políticas Culturais.	5.
05/2019	Conheça pesquisas da UENF que contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Sociedade mais justa.	4 e 10.
05/2019	Conheça pesquisas da UENF que contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Mulheres na Pesca.	5.
05/2019	Conheça pesquisas da UENF que contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Territórios do Petróleo.	1 e 10.
05/2019	Conheça pesquisas da UENF que contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Redução das desigualdades.	1 e 10.
05/2019	Conheça pesquisas da UENF que contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Aposta em educação inclusiva.	4.
09/2019	O combate contra o uso excessivo de produtos químicos no controle de insetos indesejáveis.	3 e 15.

09/2019	Estudos sobre a ecologia alimentar contribuem para a conservação de animais aquáticos.	14.
09/2019	Pesquisa analisa o impacto da poluição oceânica em caranguejos fantasma.	14.
09/2019	Pesquisa busca identificar e quantificar os principais poluentes em dois ambientes na UENF.	3 e 6.
09/2019	As potencialidades das plantas no combate aos causadores de diversas doenças.	3.
09/2019	Pesquisa analisa a diversidade de polinizadores em florestas, cidades e áreas agrícolas.	15.
09/2019	Pesquisa investe na produção de energia limpa e sustentável.	7 e 15.
11/2019	Crescimento econômico inclusivo e sustentável.	8 e 11.
11/2019	Pesquisa visa tornar o ambiente universitário mais acessível.	9 e 16.
11/2019	Pesquisa investe na inovação tecnológica no ambiente universitário.	9 e 16.
11/2019	Integração entre municípios e os desafios para a governança supralocal.	11.
11/2019	Ações pentecostais nos conjuntos habitacionais das periferias de Campos dos Goytacazes é destaque em pesquisa.	11 e 16.
11/2019	O papel das aglomerações urbanas de Cabo Frio, Campos dos Goytacazes e Macaé.	8, 9 e 11.
11/2019	Pesquisa aponta as desigualdades socioespaciais em Campos dos Goytacazes e localidades vizinhas.	9 e 11.
12/2019	Pesquisa desenvolve técnicas para o cultivo da goiabeira.	2 e 12.
12/2019	Preservação do meio ambiente e produção florestal.	13.
12/2019	Prática de produção sustentável de flores e plantas ornamentais.	12 e 13.
12/2019	Diagnóstico da política pública em segurança alimentar e nutricional para o município de Campos dos Goytacazes.	2, 12 e 17.
12/2019	A busca por produção sustentável de alimentos está na Agenda da UENF.	2, 12, 13 e 17.
12/2019	Aproveitamento de cinzas residuais de biomassa em sistemas cimentícios para a Construção Civil.	12 e 13.
12/2019	Mudanças climáticas é tema de pesquisa na UENF.	13.
12/2019	A conservação da agrobiodiversidade do feijoeiro e a valorização de produtos locais como estratégia de desenvolvimento sustentável.	2, 12 e 17.

3.2. Núcleo de Acessibilidade Pedagógica da UENF (NAP-UENF)

Outras ações envolvendo as metas da Agenda 2030 na graduação estão relacionadas à “Educação inclusiva”, nesse sentido, o *Núcleo de Acessibilidade Pedagógica da UENF (NAP-UENF)* foi criado em 2015 e tornou-se um programa institucional em 2018. A motivação inicial para sua criação foram as dificuldades encontradas no ensino de química e física para alunos com deficiência visual e auditiva matriculados em cursos de graduação da UENF.

Atualmente, esse Núcleo atende a toda a Universidade e tem por objetivo principal promover a integração e a parceria entre pesquisadores de diferentes Laboratórios da UENF e de outras instituições públicas ou privadas em atividades de pesquisa e extensão que envolvam a temática da Acessibilidade Pedagógica; e como objetivos específicos, detectar as dificuldades mais comuns de alunos com deficiência visual e auditiva e agir de forma a minimizar e/ou eliminar essas dificuldades em relação aos conteúdos programáticos das disciplinas em nível básico e em nível superior. O Núcleo também possibilita aos alunos da UENF com deficiência visual ou auditiva a revisão, consolidação e ampliação do aprendizado recebido através da produção de material didático utilizando as tecnologias mais avançadas.

3.3. Semanas acadêmicas

O calendário acadêmico da graduação dedica oficialmente uma semana à realização de atividades acadêmicas promovidas pelos estudantes de todos os cursos de graduação. Esses eventos anuais têm por objetivo proporcionar o "network" entre professores, estudantes, palestrantes e a comunidade em geral, por meio da ampla oferta de um conjunto de atividades que visam ao aprendizado de ambas as partes. No ano de 2020, a Semana Acadêmica da Agronomia (SEAGRO) teve como tema "A Agronomia e a Agenda 2030", trazendo palestras como: “Agricultura na Agenda 2030: oportunidades e desafios”, “Agronomia e desenvolvimento sustentável: as questões econômicas, sociais e ambientais inerentes à profissão”, “Contribuições das plantas alimentícias não convencionais (PANCs) para os ODSs”, “Recursos genéticos: dos caçadores-coletores à Agenda 2030”, entre outros.

3.4 Empresas Juniores

A UENF estimula seus estudantes de graduação a adquirirem experiência profissional mediante a criação e atuação em empresas Juniores. Dentre elas, citamos a *Engloba Consultoria*

em Engenharia, empresa júnior formada por estudantes que atuam nas áreas das Engenharias Civil, Metalúrgica e de Materiais, Produção e Agronomia. Formada por jovens empreendedores, a organização tem a missão de impactar a vida dos clientes, com projetos cujo propósito é fazer a diferença no cenário econômico e social da região. Desde 2016, todos os projetos da Engloba estão voltados para os ODS da Agenda 2030 da ONU. Abaixo são apresentados alguns exemplos (Figura 3).

Figura 3 – Arte para divulgação de projetos da Engloba, voltados para os ODS da Agenda 2030 da ONU.

engloba consultoria em engenharia
Av. Alberto Lamego, 2000 – UENF, Parque Califórnia
Campos dos Goytacazes, RJ

Case 1: Agronomia
Projeto: Análise de Solo e Recomendação

A cliente procurou a Engloba Consultoria com a intenção de realizarmos recomendações de calagem e adubação para suas áreas de 600 m² e 224 m², sendo esta última próxima a um reservatório, na cidade de Duque de Caxias – RJ. Nessas áreas havia o desejo de implementar um Sistema Agroflorestal, com o intuito de cultivar as diversas culturas, como feijão, inhame, mandioca e milho. O projeto foi realizado de acordo com o Manual de Calagem e Adubação do Rio de Janeiro.

ODS Vinculados:

2 FOME ZERO E SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL
3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Case 2: Engenharia Civil
Projetos: Digitalização de Planta e Projeto Hidrossanitário

O cliente procurou a Engloba Consultoria para a realização de uma Digitalização de Planta e um Projeto Hidrossanitário para seu entreposto de ovos, de forma que este estivesse de acordo com as legislações vigentes. O projeto hidrossanitário consta com o sistema de abastecimento de água fria, o sistema de esgoto sanitário, o Sistema de Coleta de águas pluviais e o sistema de tratamento de esgoto, de acordo com as necessidades do projeto.

ODS Vinculados:

3 SAÚDE E BEM-ESTAR
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
12 CONSUMO RESPONSÁVEL E PRODUTOS RESPONSÁVEIS

engloba consultoria em engenharia
Av. Alberto Lamego, 2000 – UENF, Parque Califórnia
Campos dos Goytacazes, RJ

Case 3: Engenharia de Produção

A Engloba Consultoria entrou em contato com a cliente, dona de um salão de beleza renomado na cidade. Foi oferecido à cliente um projeto que seria de interesse para seu negócio, que foi do agrado da proprietária e o projeto foi realizado. O resultado foi bastante satisfatório para a cliente, gerando uma relação entre as duas partes. A cliente em questão também divulgou ações posteriores da Engloba, como por exemplo, o edital de citado anteriormente. Entretanto, devido às cláusulas do contrato, não é possível que informemos o conteúdo do projeto realizado.

ODS Vinculado:

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Case 4: Engenharia Metalúrgica e de Materiais
Projeto: Caracterização de Materiais

A cliente entrou em contato com Engloba Consultoria buscando um projeto de Caracterização por meio de uma Preparação Metalográfica, a qual seria utilizada num projeto relacionado aos seus estudos.

ODS Vinculado:

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Fonte: Catálogo Engloba.

4. AÇÕES INSTITUCIONAIS NA PÓS-GRADUAÇÃO

Outra forma de fomentar as ideias propostas pela Agenda 2030 tem sido a abertura do Edital do “Programa de Bolsas de Recém-Doutor para Apoio a Temáticas Estratégicas da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Agenda 2030”, que ocorre desde 2019. Esse edital é destinado à fixação temporária de doutores que desejam atuar em projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação relacionados aos ODS, junto a grupos de pesquisa, consolidados ou emergentes, em funcionamento na Universidade.

Como objetivos, a UENF deseja: 1) Contribuir com propostas que visem ao alcance dos ODS; 2) Divulgar, fortalecer e consolidar as pesquisas nas áreas temáticas da Agenda 2030; 3) Elevar quantitativa e qualitativamente a produção técnico-científica dos pesquisadores inseridos em

investigações de cunho temático e 4) Contribuir no avanço dos setores considerados de importância estratégica para o desenvolvimento sustentável do país, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Dezenas de pesquisas têm sido realizadas a partir dos nove temas principais destes editais, que são: Agricultura e Segurança Alimentar; Água; Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável; Educação – Novas tecnologias para o Ensino de Ciências; Energia; Eventos climáticos extremos; Novos materiais, reciclagem e reuso; Políticas públicas para igualdade de gênero e justiça social; Saúde.

5. AÇÕES INSTITUCIONAIS NA EXTENSÃO

A. Feiras de Ciências

A UENF promove feiras no próprio Campus e em escolas e praças de Campos dos Goytacazes e região, as quais contemplam diversos projetos alinhados às linhas temáticas dos ODS, entre eles: “Ciência pra gente”, “Trilhas das Abelhas”, “Tempo de Aprender em Clima de Ensinar”, “Observadores do Tempo e do Clima” e “Desastres Naturais: compreender para evitar”, entre outros (Figura 4).

Figura 4 – Feiras de Ciências divulgando os projetos de extensão relacionados aos ODSs



Fonte: Acervo Pró-Reitoria de Extensão UENF.

B. Atividades culturais

O Cine Darcy é um cinema universitário ligado à Assessoria de Cultura da UENF e possui como objetivo a pesquisa e a divulgação da produção audiovisual, trazendo à tona debates sobre temáticas importantes, muitas vezes relacionadas aos ODSs (Figura 5). Desse modo, a UENF promove *lives* no canal do Youtube e Facebook do Cine Darcy, com assuntos

envolvendo igualdade de gênero e igualdade racial, principalmente. Um exemplo a ser citado foi a *live* que ocorreu no dia 17 de maio de 2021, às 19h, intitulada "A ausência de jovens pretos e lgbtqi+ no cinema brasileiro" (Com acesso no link <https://www.youtube.com/watch?v=Tr65QKL1M5c>), na qual foram debatidas as dificuldades e especificidades da produção audiovisual com protagonismo jovem prete e LGBTQIA+ no Brasil.

Figura 5 – Exemplos de atividades realizadas pelo Cine Darcy relacionadas aos ODSs



Fonte: Acervo Assessoria de Cultura da UENF.

C. Uso de energia renovável no Campus Leonel Brizola

A Universidade possui, em seu Campus de Campos dos Goytacazes, postes de energia fotovoltaica para iluminação de áreas externas, iniciativa alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de Energia Acessível e Limpa (Figura 6).

Figura 6 – Imagens mostrando a iluminação com postes de energia fotovoltaica no Campus Leonel Brizola da UENF em Campos dos Goytacazes, RJ



Fonte: Acervo UENF.

Por fim, ressaltamos que a Universidade tem apoiado os ODS por meio de diferentes abordagens e sensibilização da população. Para alcançar o desenvolvimento sustentável, é imprescindível harmonizar crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente para o bem-estar dos indivíduos e das sociedades. A Agenda elaborada pela ONU é de alcance e significado sem precedentes, aceita por todos os países e aplicável a todos; levando em conta diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais. Portanto, a UENF se compromete a cumprir o seu papel com propostas que visem à implementação dos objetivos apresentados pela Agenda 2030 da ONU.

Abaixo alguns links das ações institucionais relacionadas à Agenda 2030:

<https://uenf.br/projetos/pibic/agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel/>

<https://uenf.br/projetos/pibic/a-organizacao-das-nacoes-unidas-agenda-2030/>

<https://uenf.br/projetos/pibic/agenda-2030/>

<https://www.facebook.com/cinedarcyuenf/about/>

<https://m.youtube.com/watch?v=Tr65QKL1M5c>

<https://uenf.br/portal/noticias/edital-proppg-04-2020-bolsas-recem-doutor-agenda-2030-da-onu/>

<https://uenf.br/portal/noticias/empresa-junior-engloba-ajuda-a-capacitar-alunos-da-uenf/>

https://issuu.com/conhecendoaciencia/docs/revista_19_edicao

https://issuu.com/conhecendoaciencia/docs/revista_agenda_2030

https://issuu.com/conhecendoaciencia/docs/revista_ods_novembro

https://issuu.com/conhecendoaciencia/docs/revista_id_dezembro



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Câmpus de Franca

CAPÍTULO 4 – A FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” E A AGENDA ODS

Regina Laisner¹

1. BREVE HISTÓRICO E PERFIL DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

A Unesp, criada em 1976, resultou-se da incorporação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, então unidades universitárias situadas em diferentes pontos do interior paulista. Desse conjunto inicial, fizeram parte a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, a de Araraquara, de Franca, de Marília, de Presidente Prudente, de Rio Claro e de São José do Rio Preto. Paulatinamente, foram se juntando outros institutos e escolas até que em 1976, por determinação do então governador Paulo Egydio Martins e de comum acordo com o Secretário da Educação, essas escolas assumiram uma direção própria, na forma de Universidade, uma autarquia submetida ao governo do Estado de São Paulo. Em conformidade com a Lei 952 de 30 de janeiro de 1976, foi criada a Universidade Estadual Paulista, que recebeu do governador o nome de "Júlio de Mesquita Filho".

¹ Professora do Departamento de Relações Internacionais, do Programa de Pós Graduação em Direito e coordenadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas “Elza Andrade de Oliveira” (NEPPs), na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2849922787767639>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2195-4738>, E-mail: regina.laisner@unesp.br

memória da Unesp, assim como as empresas juniores, que atuam prestando orientação e consultoria, entre outras iniciativas abertas à comunidade.

2. A CONSTITUIÇÃO DO “FÓRUM FRANCA SUSTENTÁVEL” E ARTICULAÇÃO DE AÇÕES EM TORNO DA AGENDA 2030

Buscando enfrentar as causas da pobreza e dos diversos tipos de desigualdade, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou uma série de debates a partir da década de 1990, que culminaram na criação da Declaração do Milênio em 2000. Esse documento reunia questões sobre Meio Ambiente, Sociedade, Economia e Política, criando um conjunto de objetivos-chave e princípios e valores, como Liberdade, Igualdade, Tolerância e Responsabilidade comum, que todos os países deveriam seguir em suas ações (REZENDE, 2007). Ademais, a partir dele, foram formulados os Objetivos do Milênio (ODM), com oito eixos: (1) superação da fome e da miséria; (2) educação básica e de qualidade para todos; (3) igualdade entre os sexos e valorização da mulher; (4) redução da mortalidade infantil; (5) melhoria da saúde das gestantes; (6) combate à AIDS, à Malária e outras doenças; (7) qualidade de vida e respeito ao Meio Ambiente; e (8) esforços mundiais pelo desenvolvimento (PNUD, 2017).

Cada eixo possuía uma série de metas associadas que deveriam ser atingidas até 2015, e diversos países tiveram avanços significativos durante o período. Contudo, a desigualdade social permanecia como um problema latente, o que levou, então, à formulação de uma Agenda Pós-2015, a qual deverá ser desenvolvida até 2030, na tentativa de alavancar e aprofundar os avanços anteriormente obtidos, em busca da construção de um mundo mais justo e igualitário.

Nesse sentido, foram formulados os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), na forma de 17 objetivos e 169 metas, que buscam a ampliação dos ODM e incluem novas questões como o financiamento e a sustentabilidade do desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS, 2017a). Para que esses objetivos se materializem em ações reais, é preciso que diversos atores se engajem conjuntamente nas iniciativas, inclusive nas várias esferas de governo, de maneira a sincronizar objetivos nacionais e o consenso internacional que vem sendo construído a partir dessa agenda proposta.

No caso brasileiro, onde essa tarefa é ainda mais desafiadora, na medida em que o Estado falha em suprir as necessidades mais básicas da população, os municípios se constituem atores centrais na concretização desses objetivos, mais próximos do cotidiano das pessoas e das decisões acerca de suas vidas. Todavia, por todo o Brasil, os municípios enfrentam grandes

obstáculos, como a escassez de recursos financeiros, a ausência de planejamento e a desmobilização social, também presentes em Franca - SP, município onde se localiza a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) e a qual se refere a experiência aqui relatada.

Nesse contexto, com o propósito de estimular ações locais em torno da Agenda 2030, surgiu o Fórum Franca Sustentável, uma iniciativa que procura congrega esforços do Poder Público, das universidades, do setor produtivo, da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais para a construção e execução de uma agenda estratégica para o desenvolvimento sustentável do município de Franca.

O Fórum foi inicialmente articulado por quatro instituições de ensino superior de Franca – UNESP, Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF), Universidade de Franca (UNIFRAN) e Faculdade de Direito de Franca, gestores públicos, lideranças empresariais e diversas organizações da sociedade civil ao longo de dois anos de trabalho. Seu objetivo fundamental foi promover o planejamento estratégico do desenvolvimento do município de Franca, fundado em um diagnóstico acerca dos obstáculos e os benefícios nos campos social, econômico e ambiental, além de planejar cautelosamente as melhores estratégias, considerando diferentes cenários prospectivos (GUERRA *et al.*, 2020).

A consecução desse objetivo tem como elementos estratégicos: (1) a edificação coletiva do planejamento, que deve ser da sociedade de Franca, transcendendo pessoas e governos; (2) o engajamento da comunidade e a ação de comunicação eficiente; (3) a combinação entre elementos técnicos (trabalho com dados, indicadores, estudos de casos etc.) e a construção de consensos políticos; (4) a articulação das linhas e dos projetos de pesquisa dos programas de Pós-graduação das instituições de ensino superior do Município (GUERRA *et al.*, 2020, p. 7).

Inicialmente, o Fórum organizou-se em nove Grupos de Trabalho: (1) Assistência Social, (2) Saúde, (3) Educação, Cultura e Igualdade de Gênero, (4) Indústria, Comércio e Serviços, (5) Economia Solidária e Cooperativismo, (6) Agricultura e Agronegócio, (7) Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Habitação, (8) Meio Ambiente e (9) instituições que trabalharam em torno de elementos para refletir, construir diagnósticos e propor ações em torno de seus eixos.

O resultado desse trabalho consubstanciou-se no livro “Franca sustentável: A Agenda 2030 no âmbito Municipal” (GUERRA *et al.*, 2020), que conta com 10 capítulos os quais remetem aos resultados de cada um dos grupos de trabalho, com a divisão do GT 3 em duas partes, uma de Educação e outra de Igualdade de Gênero.

Figura 2 – Capa do livro “Franca Sustentável: A Agenda 2030 no Âmbito Municipal”



Fonte: GUERRA *et al.*, 2020.

O livro representou um grande impulso aos trabalhos que vieram na sua sequência, apostando em uma visão de futuro sustentável para Franca, adequada às suas necessidades e especificidades, na perspectiva de sua reinvenção.

Esta cidade reinventada deve sustentar uma *sociedade suficientemente aberta para a mescla de usos do espaço urbano por diferentes classes sociais*, “tribos” diferentes, diferentes culturas, nos mesmos espaços, reduzindo os “bairros exclusivos” e condomínios fechados, o que não seria novidade para Franca, cidade construída e ocupada por migrantes em diversos momentos de sua história, desde os mineiros que fugiam da “derrama” em Minas Gerais no início do século XIX, passando pelos escravos e europeus que se instalaram aqui ao longo do período cafeeiro, até os migrantes das pequenas cidades do entorno durante o período de expansão industrial (GUERRA *et al.*, 2020, p. 12).

Para seu lançamento e discussão, assim como para a articulação de ações continuadas, foi organizado um importante evento que alçou mais ainda os propósitos do Fórum, reunindo pesquisadores, lideranças sociais, políticas e empresariais para discutir aspectos trabalhados na obra, articulados a resultados de pesquisas, projetos e experiências concretas na gestão pública, no terceiro setor ou no mercado que também tratava da aplicação das ODS no âmbito municipal. O Congresso “Cidades e Desenvolvimento Sustentável”, realizado de 11 a 13 de agosto de 2020, compreendeu conferências e mesas redondas, com vários especialistas na temática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sua apropriação nos marcos nacionais, sua

aplicação no Estado de São Paulo e sua implementação de ODS nos municípios, além de grupos para apresentação de trabalhos e espaço para articulação de redes.

Figura 3 – Divulgação do Congresso “Cidades e Desenvolvimento Sustentável”



Fonte: <https://www.facebook.com/UnespFrancaOficial>.

Após ampla divulgação e discussão, o livro foi distribuído prioritariamente aos candidatos à prefeitura do município, junto a uma carta-compromisso, idealizada durante o Congresso. O teor da carta visava a demandar um compromisso formal do Executivo Municipal em relação ao exercício da governança e do planejamento de ações, para o atendimento das reais prioridades da população, assim como a previsão e formulação de políticas públicas urbanas no Plano Plurianual 2020-2023, com recursos financeiros necessários para a sua execução na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020-2023 de Franca, alinhados com a Agenda 2030.

Na sequência, de modo a envolver os demais atores políticos e sociais do município e da comunidade, foram distribuídos outros exemplares do livro, assim como realizadas reuniões amplas e abertas: uma com a sociedade civil, organizações não governamentais, líderes de associações e sindicatos e afins; outra com o setor comercial e empresarial e mais uma com autoridades políticas.

Os compromissos mais específicos apresentados, para uma cidade sustentável, em todos os casos foram:

- a. Promover a discussão e participação direta da população antes de aprovar o Orçamento Anual da Prefeitura (PPA, LOA, LDO) e o Plano Diretor, cumprindo integralmente o Estatuto das Cidades;

- b. Criar canais de controle e participação social para o acompanhamento de toda a gestão da cidade, em prol de uma cidade melhor, mais inclusiva e sustentável;
- c. Divulgar amplamente, por vários meios de acesso, projetos de obras em andamento e os concluídos pelas Secretarias Municipais, autarquias e empresas públicas ou empresas privadas contratadas pelo Município, valorizando a transparência das ações públicas;
- d. Realizar esforços para prestar serviços urbanos de qualidade, para todos os bairros, inclusive para aqueles que se encontram na informalidade, e prioritariamente aos cidadãos mais vulneráveis para atingir a sustentabilidade inclusiva;
- e. Fortalecer ações e projetos de reconhecimento e valorização identitária em termos de raça, gênero e orientação sexual;
- f. Priorizar políticas sociais de educação inclusiva e equitativa e de qualidade, de maneira a promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- g. Facilitar a mobilidade na cidade, de modo a integrá-la mais facilmente, e estimular a mobilidade sustentável, priorizando e viabilizando projetos de melhoria do transporte público, ciclovitários e para andar a pé;
- h. Apoiar a preservação do patrimônio cultural local, estimulando uma cultura do bem público;
- i. Alavancar políticas de estímulo ao lazer na região, articulada à valorização do patrimônio cultural local e à sua preservação como impulso à economia local;
- j. Estimular a reutilização de espaços públicos em desuso e o cuidado com o meio ambiente, valorizando o espaço da cidade, com a inclusão dos cidadãos na sua proteção e com parcerias com organizações governamentais ou não governamentais;
- k. Incentivar o intercâmbio, troca de experiências e parcerias entre as cidades no entorno, para a superação dos desafios comuns, de modo a gerar maior sustentabilidade;
- l. Atuar ativamente na criação de políticas de combate à pobreza e diminuição da desigualdade no município, assim como implantar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar, objetivando o enfrentamento da fome e da miséria no município;
- m. Prover recursos públicos para capacitar os membros dos Conselhos Municipais para o exercício de suas funções, além de fornecer a estrutura física e de pessoal necessárias para o desempenho de suas atividades;
- n. Apoiar iniciativas da sociedade civil voltadas à implantação da Agenda 2030, como a criação de Observatório dos ODS, Fórum Franca Sustentável, Congresso Cidades Sustentável, entre outras (FÓRUM FRANCA SUSTENTÁVEL, 2020).

3. AÇÕES EFETIVAS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” NA PERSPECTIVA DA AGENDA 2030

O Fórum Franca Sustentável consolidou-se em Franca como relevante espaço de articulação de ações em torno da Agenda 2030. E continua ativo em seus propósitos, inclusive com intenção de ampliar seu horizonte para toda a Aglomeração Urbana da Região de Franca (GUERRA *et al.*, 2020). E a UNESP, certamente tem exercido papel fundamental nesse processo, com sua liderança muito ativa no Fórum e com resultados relevantes de ações e projetos em torno do desenvolvimento de alguns Grupos de Trabalho, coordenados por membros vinculados a esta instituição.

De forma geral, a principal ação, de caráter transversal, surgiu da perspectiva de implementar a Agenda 2030 de forma mais efetiva no Campus. Sua articulação deu-se como Grupo de Trabalho (GT) de Equidade de Gênero, junto à Comissão de Direitos Humanos da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, previamente existente.

Figura 4 – Logo do Grupo de Trabalho de Equidade de Gênero



Fonte: Grupo de Trabalho de Equidade de Gênero.

Desde o início dos seus trabalhos em junho de 2020, esse Grupo de Trabalho tem procurado estabelecer diretrizes e ações que considerem de modo transversal os ODS e, de maneira mais específica, o “Objetivo 5: Igualdade de Gênero”, que busca “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (NAÇÕES UNIDAS, 2017b), beneficiando docentes, estudantes e funcionárias do Campus de Franca.

Ainda que nessa questão a perspectiva de gênero em relação aos ODS se restrinja à relação homem versus mulher, a perspectiva é buscar um trabalho que estenda essa percepção

para além da perspectiva binária de gênero, tratando também dos vários aspectos da sexualidade humana como uma combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais como tema de nossa atuação.

A partir desse objetivo geral, têm sido encaminhadas as seguintes ações:

- a. Realização de um evento que teve como finalidade apresentar à comunidade os ODS em termos gerais e, posteriormente, o “Objetivo 5: Igualdade de Gênero” do ODS.

O evento denominado “Diálogos sobre gênero e equidade” foi realizado entre 26 de outubro e 03 de novembro de 2020, e contou com as presenças, além das professoras do próprio GT, de Patrícia Miranda Menezes – Cofundadora da Rede ODS Brasil e Diretora de Ordenamento, Educação e Descentralização da Gestão Ambiental na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade ; Ana Carolina Querino – oficial nacional de Programas da ONU Mulheres Brasil e Representante interina da ONU Mulheres Brasil – e mais duas acadêmicas: a Profa. Dra. Fabiana Cristina Severi – Professora do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) e do Programa de Mestrado da mesma instituição – e a Profa. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva (UNILAB) – professora adjunta no Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e professora efetiva no Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia UFC-UNILAB.

Figura 5 – Divulgação do evento “Diálogos sobre gênero e equidade”



Fonte: Grupo de Trabalho de Equidade de Gênero.

b. Acompanhamento e monitoramento da disciplina "Direito e Equidade de Gênero", oferecida pela Faculdade de Direito da USP e aberta a estudantes interessados em cursá-la. Isso ocorreu no ano de 2020, e a parceria se estendeu para 2021, com o acompanhamento das professoras membras do GT.

c. Montagem de uma Curadoria de conteúdos digitais acerca das questões de gênero, com o objetivo de criar um espaço digital para o Grupo de Trabalho divulgar ações e, sobretudo, para seleção e divulgação de conteúdos digitais disponíveis em domínio público acerca das questões de equidade de gênero.

d. Articulação da questão de gênero à gestão, com o objetivo de associar a equidade de gênero às várias dimensões da gestão, desde a seleção de docentes, estudantes e funcionários, em diversas frentes, assim como avaliação e demais atividades, por meio de editais e portarias que garantam “a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades” (NAÇÕES UNIDAS, 2017b).

As medidas propostas neste aspecto foram as seguintes: (ainda em construção na comunidade universitária)

A. Diversidade nas bancas e nos eventos

— Garantir comissões e bancas avaliadoras compostas por ambos os gêneros.

Como exemplo, em abril de 2021, foi publicada a Portaria 9 pela Faculdade de Direito da USP (em anexo), visando que na composição das mesas haja diversidade ampla de gênero e étnica e, na medida do possível, a presença de participantes externos nos quadros da Faculdade, garantindo, no mínimo, 25% de mulheres na composição das mesas de expositores, debatedores, mediadores e oradores em geral.

B. Garantia de direitos maternos nos concursos

— Previsão de tempo e espaço explícitos no edital para as candidatas que amamentam. (*Lei nº 1.3872/2019*: Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública, direta e indireta, dos Poderes da União).

C. Elaboração de medidas de apoio à permanência das discentes mães da Graduação e Pós-graduação.

— Aumento do tempo de análise dos currículos para mulheres com filhos em editais de financiamento e concursos.

— Bônus na pontuação de mulheres que estiverem em licença-maternidade ou forem mães de filhos pequenos para a média final ou concessão de bolsas.

— Flexibilização do prazo para prestação de contas e relatórios no período de dois anos, após a volta da licença.

E. Consideração do trabalho de cuidado no agendamento e formatação das reuniões

— Programação das atividades considerando o horário pré-escolar e escolar, no qual as mães e os pais possam dar suporte aos filhos e outros familiares.

F. Medidas afirmativas de médio prazo: reserva de vagas

Com o fim de englobar uma perspectiva de gênero que considere a pluralidade de mulheres – inclusive aquelas que não são mães –, sugere-se adotar, para todos os cargos, desde a implantação da medida, uma composição semelhante ao percentual de gênero aplicado aos partidos políticos, qual seja, mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para cada gênero. (*Art. 60, inc. III, da Nova Lei de Licitações*: adota como um dos critérios de desempate a implementação de ações de equidade de gênero e raça) (GRUPO DE TRABALHO DE EQUIDADE DE GÊNERO, 2021)¹.

Para além dessas medidas, outras iniciativas estão sendo articuladas e propostas, a exemplo de eventos com o objetivo de reunir os trabalhos produzidos por docentes e discentes da FCHS em Simpósios Temáticos, com apresentações de comunicações e debates em extensão e pesquisa, incluindo graduação e pós-graduação; criação de espaço das crianças para os eventos presenciais realizados no Campus, destinado a receber filhos e filhas das participantes, assim como disciplinas ou tópicos em disciplinas que contemplem a questão da equidade de

¹ Este documento foi baseado em pesquisa que mapeou alguns projetos de leis, editais e outras iniciativas que inovaram ao incluir a perspectiva de gênero e orientação sexual para a elaboração das normativas institucionais.

gênero, ministradas dentro da própria FCHS e por seus docentes, na graduação e na pós-graduação.

Todo esse trabalho do GT, articulado às demais iniciativas da Comissão de Direitos Humanos, tem se destacado, na perspectiva dos ODS e da implementação de sua agenda na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca. Trata-se de um longo caminho pela frente, para as quais as atividades aqui descritas compõem os primeiros passos. Mas passos certos na construção, de fato, para “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (NAÇÕES UNIDAS, 2017b).

REFERÊNCIAS

- FÓRUM FRANCA SUSTENTÁVEL. Carta compromisso para uma cidade sustentável. **Mimeo**, Franca, 2020.
- GRUPO DE TRABALHO DE EQUIDADE DE GÊNERO. Medidas afirmativas a serem tomadas a curto prazo. **Mimeo**, Franca, 2021.
- GUERRA, J. A. P.; SARAIVA, J. S.; CIUFFI, K. J.; GASPARDO, M. (org). **Franca sustentável: a agenda 2030 no âmbito municipal**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2020.
- NAÇÕES UNIDAS. **Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/cupula/>. Acesso em: 29 dez. 2017a.
- NAÇÕES UNIDAS. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>. Acesso em: 29 dez. 2017b.
- PNUD. **Declaração do Milênio**. Aprovada na Cimeira do Milênio – realizada de 6 a 8 de Setembro de 2000, em Nova Iorque. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>. Acesso em: 29 dez. 2017.
- REZENDE, M. J. As metas socioeconômicas denominadas Objetivos do Milênio da ONU: os percalços de um projeto de combate à pobreza urbana e à exclusão social. **Convergência**, Toluca, v. 14, n. 43, p. 169-209, jan./abr. 2007.

CAPÍTULO 5 – TRAJETO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGENDA 2030 TRILHADO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)

João A. Bazzoli¹

1. BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

O Estado do Tocantins, criado pela Constituição Federal de 1988, instituiu a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), mostrada na *Figura 1*, pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000. A entidade pública é vinculada ao Ministério da Educação e destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Embora a UFT tenha sido instituída em 2000 e recebido a transferência dos cursos e da infraestrutura da Universidade estadual (Unitins), mantida pelo Estado do Tocantins, só teve sua implantação efetiva em maio de 2003, com a posse dos primeiros professores. Porém, já em 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade por meio da Portaria de nº 717/2001. Essa comissão teve entre seus objetivos elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação da nova universidade.

Dentre os avanços institucionais, a UFT foi a primeira universidade brasileira a estabelecer cotas para estudantes indígenas em seus processos seletivos. A reserva de vagas foi instituída desde o seu primeiro vestibular, realizado em 2004. Além disso, a UFT tem o curso de Engenharia Ambiental mais antigo do país, com ingresso de alunos desde 1992, e o primeiro curso de mestrado ofertado no estado do Tocantins, o mestrado em Ciências do Ambiente (Ciamb), aprovado pela Capes em 2002.

O processo de criação e implantação da UFT representou uma grande conquista para o povo tocantinense, e a Universidade não para de crescer, tendo passado de cerca de 8 mil alunos e 25 cursos de graduação, em 2003, para mais de 20 mil alunos, em 57 cursos de graduação e 30 programas de pós-graduação, nos seus primeiros 13 anos de existência.

¹ Professor Associado na Universidade Federal do Tocantins (UFT) no Curso de Direito. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UFT). Mestre pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Doutor pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Pós-doutoramento pela Universidade de Lisboa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4167300930863457>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7123-2023>. E-mail: jbazzoli@mail.uft.edu.br.

Figura 1 – Visão geral da Universidade Federal do Tocantins



Fonte: UFT, 2019.

A sua missão é formar profissionais cidadãos e produzir conhecimento com inovação e qualidade que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal (conforme redação dada pelo Planejamento Estratégico 2021-2025). Sua visão é a de ser reconhecida nacionalmente até 2025 pela excelência no ensino, pesquisa e extensão (idem).

Nesta publicação vamos tratar da institucionalização da Agenda 2030. As iniciativas para que isso ocorresse tiveram origem no campus de Palmas. E, para estruturar este trabalho, foi necessário destacar inicialmente que em 2015, na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), foi aprovado o documento denominado "Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" (ONU, 2016). Esse novo acordo sucedeu a pauta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em que os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) deveriam atingir oito Objetivos Globais de Desenvolvimento até 2015. Nesse sentido, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram substituídos pela nova Agenda 2030, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

De fato, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis são globais por natureza e universalmente aplicáveis, ou seja, suas ações de implantação devem ser adaptadas às realidades nacionais e subnacionais. Por esse motivo, a Organização das Nações Unidas passou a incentivar os países-membros a adotarem esse acordo adaptando as suas metas globais que compõem os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis às metas nacionais e, com as

devidas adequações, aos contextos subnacionais (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, 2018).

Para melhor entendimento do contexto da territorialização que trataremos neste trabalho, trazemos a conhecimento um dos lemas mais memoráveis da Organização das Nações Unidas, que diz: "Pensar globalmente e agir localmente" (ONU, 2016). Assim sendo, buscou-se, para a realização desta análise, entender como a Universidade Federal do Tocantins poderia se apropriar da Agenda 2030 por meio de atividade no ensino, pesquisa e extensão, a partir de ações acadêmicas propositivas locais que pudessem fomentar, ao mesmo tempo, a efetivação da cidadania global, especialmente no sentido de assegurar e disseminar esse debate temático importante.

Diante desse contexto enunciado, objetivou-se com esta análise qualitativa observar e relatar as ações locais de aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que estão transcorrendo na Instituição de Ensino Superior (IES), desde 2018, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR). Pondera-se que, para realizar esta análise proposta, foi necessário inicialmente compreender as diretrizes aplicáveis dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na área acadêmica, considerando a realidade institucional da Universidade Federal do Tocantins e da sua extensão comunitária para chegar à população, em Palmas-TO.

A metodologia qualitativa aplicada ao estudo partiu do acompanhamento das atividades realizadas na Universidade Federal do Tocantins, com abordagem nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, desde 2018. Foi realizada, também, a análise de registros acadêmicos e das produções resultantes dessas atividades. Para atingir o objetivo proposto, buscou-se o aprofundamento temático pela via documental e pela revisão de literatura temática e específica.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) contribui para mudar a forma como as pessoas pensam e agem para alcançarmos um futuro sustentável. Dessa maneira, pretendeu-se com esta análise entender a importância e os resultados da disseminação desse tema dentro e fora da Instituição de Ensino (IES). Importante salientar que para a sua realização, para além da pesquisa bibliográfica, por meio de materiais como documentos, artigos e livros, houve a participação efetiva do analista nas ações desenvolvidas no período delimitado de 2018 a 2020.

Assim sendo, foram observadas nesta análise as ações ocorridas na Instituição de Ensino, nesse período delimitado, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional com a finalidade de propagar a Agenda 2030, tanto para a comunidade acadêmica como para a sociedade local. Observou-se, nesse contexto, o escopo das ações direcionadas para o fortalecimento e fomento temático; para além disso, sua relação com a prática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com atuação no campo da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, fundadas para ampliar os debates acerca da aceleração para a implantação da Agenda 2030.

Portanto, com o acompanhamento e a integração do analista nas ações realizadas, foi possível, para além de proceder a essa análise proposta, apontar concretamente os pontos convergentes e os conflitantes entre os instrumentos e os mecanismos de aceleração para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em sede local.

Nessa linha metodológica, tentou-se entender pela análise a finalidade das ações em contribuir para que a sociedade efetivamente tivesse um maior aprofundamento dos conhecimentos sobre esses Objetivos, para propagá-los e fortalecê-los, a partir de formulação de políticas públicas integradoras. Nesse sentido, é importante salientar também o recorte na intenção integrativa dessas ações, especialmente no sentido de procurar formulações e mecanismos que buscassem nivelamento qualitativo e aprofundamento teórico temático, necessários para que fossem atingidos seus objetivos.

A partir desse contexto um pouco mais ampliado, destacaram-se, para mostrar como recorte nesta análise, ações pontuais, porém relevantes, pelo seu caráter de visão multiplicadora, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo, as quais foram realizadas na Instituição de Ensino, desde 2018, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Para facilitar o entendimento aos leitores, descreveremos neste capítulo as ações que ocorreram e quais foram resultados produzidos; em seguida, teceremos uma breve análise sobre essa movimentação ocorrida entre 2018 e 2020 e, finalmente, apresentaremos as nossas considerações finais.

2. O TRAJETO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS NA BUSCA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGENDA 2030.

Para traçarmos uma linha do tempo histórica como forma de sedimentar a construção desse trajeto que interliga a busca da institucionalização da Universidade Federal do Tocantins (UFT) à Agenda 2030 por meio de ações acadêmicas, pontuamos a extensão universitária como o alicerce deste debate. E, nesse sentido, o cerne para o estabelecimento de novos paradigmas

sobre o tema foi inspirado na Resolução nº 7 do CNE/CES, de 2018, que estabeleceu a necessidade de a Instituição de Ensino interligar-se às atividades acadêmicas e equilibrar seu tripé ensino-pesquisa-extensão para além do eixo pedagógico clássico, no sentido de possibilitar trajetórias de formação diferenciadas e articuladas.

No caso específico da Universidade Federal do Tocantins (UFT), buscaram-se iniciativas concretas por meio de ações realizadas pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, que instituiu disciplinas específicas, também um eixo de pesquisa voltados para a Agenda 2030 e o desenvolvimento sustentável. Como nesta publicação não entraremos em questões normativas, ressaltamos e apontamos que a curricularização da Extensão Universitária desafia as instituições de ensino superior brasileiras a repensarem suas concepções e práticas extensionistas, fazendo-as se alinharem necessariamente às demandas da sociedade e à dinâmica curricular, com 10% de obrigatoriedade de integralização.

Nesse novo cenário, já em 2018, a Universidade Federal do Tocantins (UFT), pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, alinhou a ementa de dois componentes curriculares – Seminários Interdisciplinares I e II – à Agenda 2030. Ademais, passou a estimular a aplicação desses componentes de maneira deslocada à proposta tradicional, vinculando-os de maneira natural ao ensino, enquanto conteúdo essencial para o nivelamento acadêmico temático, e ao mesmo tempo à atividade de extensão universitária, traduzida pelo vínculo estabelecido à proposta do Projeto Ações Locais de Aceleração para a implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Dessa maneira, estabeleceu a integração do conteúdo de ensino à prática efetiva, ampliando o alcance de maneira extensiva aos agentes comunitários externos à instituição, agregando a esse conjunto integrativo os saberes desses agentes envolvidos. Para elucidar de maneira clara o mecanismo aplicado a esta estruturação, pontua-se que, no desenvolvimento de conteúdo dos componentes curriculares mencionados, foi possível extrair pontos fundantes e necessários para desenvolver ações estruturantes de extensão universitária, nas variadas vertentes do debate sobre os múltiplos olhares da Agenda 2030.

Viu-se então esse momento, ímpar e estratégico, como oportuno para alargar os passos rumo a contribuições sólidas ao Desenvolvimento Sustentável local. Assim sendo, já em 2018, foi desenvolvida ação com as escolas estaduais do ensino médio em Palmas-TO, vinculadas ao Projeto de Extensão Nós Propomos. Essa ação, de iniciativa concreta e de passo firme no trajeto de institucionalização da Agenda 2030, objetivou a identificação de problemas na cidade e a elaboração de propostas de resoluções viáveis, inspiradas na Agenda 2030. Essa atividade foi desenvolvida por estudantes do ensino médio orientados por mestrandos do Programa de Pós-

Graduação em Desenvolvimento Regional, e os trabalhos resultantes da ação foram apresentados no Circuito Urbano do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos da ONU-Habitat.

A dinâmica e o envolvimento da comunidade nessa atividade resultaram na efetivação de algumas das propostas desenvolvidas pelos estudantes, dentre elas a reforma estrutural de um espaço de lazer utilizado por idosos, a qual foi financiada por uma fundação privada. Evidentemente que, com esse passo à frente, firme e equilibrado, já foi possível, em 2019, na continuidade ao processo de institucionalização da Agenda 2030, articular propostas com a extensão universitária envolvendo grupos comunitários diversos, conforme destacados na Tabela 1.

Tabela 1 – Ações locais para aceleração da implantação da Agenda 2030 (2019)

Nº	AÇÃO	OBJETIVO
1	Articulando a implementação do Centro de Desenvolvimento Regional na Região Metropolitana de Palmas na perspectiva da Agenda 2030.	Criar um Centro de Desenvolvimento Regional na Região metropolitana de Palmas para possibilitar acesso às Prefeituras em qualificação para a implantação da Agenda 2030.
2	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma análise na Unidade Prisional Feminina de Palmas	Qualificar reeducandas sobre os aspectos da violência contra as mulheres
3	Energia solar: um estudo em Palmas	Discutir o processo de implantação de energia solar na cidade de Palmas
4	Do ideal ao real: desafios da aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em uma escola	Aplicar método lúdico de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) a jovens do ensino médio
5	Projeto Eco Eletro – Gestão do lixo eletrônico para o Desenvolvimento Sustentável	Fomentar coleta e gestão de lixo eletrônico no conceito de engenharia reversa nas escolas de Palmas.
6	A experiência do Projeto Vozes: território integrado à Agenda 2030	Realizar curso de assessores populares em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com a finalidade de qualificar multiplicadores para a disseminação da Agenda 2030

Fonte: UFT/PPGDR – Seminários. II/2019.

Destacou-se para neste ano de 2019 a repercussão do Fórum Municipal, que ocorreu em 12 de setembro, na sede da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), mostrado na Figura 2. Nesse evento, realizado a partir de um seminário presencial que tratou da “Articulação da Implementação do Centro de Desenvolvimento Regional Metropolitana Palmas na perspectiva da Agenda 2030” e detalhado no item 1 da Tabela 1, nota-se a contribuição para a abertura de espaço para debates referentes ao Desenvolvimento Regional à luz da Agenda 2030, bem como

para um aprofundamento teórico no que diz respeito às cidades e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Figura 2 – Reunião com Lideranças Regionais



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2019.

Importante salientar os reflexos dessa ação em razão de ser publicada no “Jornal Joseense”, de São José dos Campos-SP, nos sites “T1 Notícias” e “Conexão Tocantins”, da cidade de Palmas, entre outras mídias eletrônicas que destacaram a notícia a respeito desse evento. Segundo Bazzoli *et al.* (2019), ocorreram 1.917 acessos ao material publicado pelas diversas mídias sociais, demonstrando a importância da iniciativa e o interesse regional despertado pelo evento.

Também cabe o registro de que a atividade resultou na publicação do artigo “A articulação e implementação do centro de desenvolvimento regional na região metropolitana de Palmas: um relato de experiência”, em Revista de Extensão especializada. O artigo tratou, detalhou e mostrou os resultados dessa iniciativa (BAZZOLI *et al.*, 2019).

Em 2019, as ações sobre a agenda 2030, descritas na Tabela 1 acima, foram apresentadas no “Circuito Urbano”, evento promovido pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos da ONU-Habitat, demonstrado na Figura 3, fator que despertou a importância e a melhor compreensão da aplicabilidade da Agenda 2030 na prática pela sociedade palmense.

Figura 3 – Palestra no evento Circuito Palmas 2019



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2019.

Obviamente que os dois anos anteriores de caminhada, 2018 e 2019, rumo à institucionalização da Agenda 2030, bem-sucedidos e com resultados exitosos, permitiram uma retomada das atividades em 2020 robusta, com mais desenvoltura e segurança, embora tivéssemos um ano muito difícil em razão da pandemia da Covid-19. De qualquer maneira, mesmo diante de um cenário desalentador, foram desenvolvidas mais sete propostas de intervenções nas variadas áreas do conhecimento, articuladas com a extensão universitária e envolvendo grupos comunitários diversos, destacadas na Tabela 2.

É necessário, nesse contexto, destacar dois pontos relevantes neste ano de 2020: primeiro, o curso de formação de assessores populares em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pela importância na sua disseminação da temática e na formação de multiplicadores, também foi fixado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional como atividade anual; o segundo, a busca de ampliação de linguagem na comunicação para atingir a juventude. Para isso, criou-se uma atividade complementar transmitida pelo canal do YouTube "Cidade Viva", tratando da Agenda 2030, com a chamada "Agenda 2030. Que papo é esse?".

Tabela 2 – Ações locais para aceleração da implantação da Agenda 2030 (2020)

Nº	AÇÃO	OB JETIVO
1	Hortas urbanas e a pandemia do Coronavírus: um estudo sob a perspectiva social em Palmas	Qualificar horticultores sobre segurança alimentar e medidas sanitárias e de saúde na pandemia
2	Formação de assessores populares em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Realizar Curso de Assessores populares em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com a finalidade de qualificar multiplicadores para a disseminação da Agenda 2030
3	Saúde mental em tempos de pandemia	Contribuir oferecendo palestras com psicólogos para tratar do confinamento resultante da pandemia
4	A importância do saneamento básico para o combate à Covid-19	Mostrar para a população a interligação do saneamento básico com a saúde da população
5	Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como guia para o enfrentamento da Covid-19	Elaborar um manual de informações sobre prevenção da Covid-19
6	Equidade e igualdade devem orientar ação nos municípios na resposta à Covid-19	Discutir a pobreza e a igualdade de gênero acerca das medidas da gestão municipal relativas à pandemia
7	Cidade doente e os meios de combate à Covid-19	Contribuir na orientação de medidas preventivas para mitigar a pandemia em escala de bairro

Fonte: UFT/PPGDR – Seminários. II/2020.

Essa atividade alcançou jovens estudantes do Ensino Médio da rede estadual tocantinense de educação e contou com a audiência de mais de 385 acessos, demonstrada na Figura 4. Importante salientar que havia a necessidade de total interação e integração para a execução da proposta, e a adolescente Érica Nascimento, pesquisadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC/EM/UFT/CNPq), financiada pelo CNPq, foi a responsável pela articulação, instrumentalização, preparação de conteúdo e aplicação efetiva da proposta.

Assim sendo e por pretender trazer de forma clara e adaptada a uma linguagem acessível o que é a Agenda 2030, essa atividade específica mostrou alguns exemplos de trabalhos realizados em Palmas que promovem o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A atividade conseguiu atingir o seu objetivo por expor a Agenda 2030 para os jovens, de forma clara e simplificada. E mais, promoveu efetivamente a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) de maneira acessível e lúdica.

Figura 4 – “Agenda 2030. Que papo é esse?”



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=PaLtQ-0M-xM>.

Também em 2020, as ações sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, descritas na Tabela 2 acima, foram apresentadas no “Circuito Urbano”, demonstrado na Figura 5, evento promovido pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos da ONU-Habitat, que passou a ser internacional e com grandes dimensões de acesso ao público nacional e internacional. Esse evento contou com 186 palestras transmitidas pelo Canal de Youtube, 1.000 painelistas, 45 mil acessos ao referido canal e mais de 20 mil acessos ao site do evento.

Figura 5 – Circuito Urbano Internacional 2020



Fonte: UFT/PPGDR – Seminários. II/2020.

3. ANÁLISE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO: UFT/AGENDA 2030

Importante salientar e já mencionado nesta publicação que, desde 2018, a Universidade Federal do Tocantins, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, vem desenvolvendo ações específicas voltadas para a aceleração da implantação da Agenda 2030, com reflexos internos e externos. Iniciou com o Projeto “Nós Propomos” e seguiu com várias outras atividades que estão descritas nas Tabelas 1 e 2. Embora as atividades desenvolvidas estivessem ligadas ao conteúdo dos componentes curriculares Seminários Interdisciplinares de Desenvolvimento Regional I e II, sempre se interligaram ao Projeto de Extensão (Guarda-Chuva) “Ações locais de aceleração para a implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”.

Com essa estruturação acadêmica em andamento, foi possível entender que as ações realizadas promoveram debates constantes sobre a Agenda 2030 em Palmas. De outra forma, cabe frisar que em razão de Palmas ser uma cidade jovem, tem grande potencial para ser referência em sustentabilidade no âmbito de proteção à vida terrestre e urbana.

Em sentido *lato*, encaixando os elementos necessários para proceder a uma análise aprofundada proposta por esta publicação, observa-se que, nesse trajeto percorrido pelas ações externas desenvolvida pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) articuladas com a comunidade, foi possível detectar que há um desconhecimento local sobre a Agenda 2030 e poucas iniciativas concretas voltadas para suprir essa necessidade de formação, considerando a importância global do assunto.

Interessante salientar que, pelo percurso da via institucional às ações realizadas, por não pouparem esforços no envolvimento acadêmico, produziram resultados internos significativos e outros tantos externos, que relataremos na sequência.

Iniciamos com a avaliação dos resultados internos, como a criação pela Universidade Federal do Tocantins de um site específico (ODS/UFT) para depósito de acervo institucional e disseminação de informações temáticas, encontrado no endereço eletrônico: <https://sites.google.com/view/odsuft>.

Também foi criado um canal de Youtube (ODS/UFT), com a finalidade de transmitir os eventos institucionais e possibilitar o depósito de vídeos com as ações locais, encontrado no endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/channel/UCJwFVHMrtzZeWd0sMkjok2g>.

Esses dois produtos de mídia eletrônica assumiram importância fundamental na agilidade, na divulgação de ações locais e como veículos imprescindíveis para a interação com a sociedade. Dentro de um conjunto de medidas internas tomadas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), havia a necessidade de formatação de parcerias institucionais com entidades e

instituições diversas que fossem fundamentais para o desenvolvimento das atividades elencadas nas Tabelas 1 e 2.

Nesse sentido, a Instituição de Ensino passou a integrar o *UNI Partnerships UN-Habitat* e também buscou parcerias que diretamente se articulassem com o desenvolvimento de suas ações extensionistas, como, por exemplo, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat); a Rede ODS Brasil (GT/CTI); o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins (CAU/TO); o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), entre outras.

Um dos pontos internos de significativa relevância para o reconhecimento da institucionalização foi a inclusão da Agenda 2030 no Plano de Desenvolvimento Institucional em 2021 “visando a integrar a universidade ao panorama mundial da jornada coletiva para a sustentabilidade e garantir o desenvolvimento de ações inovadoras, ousadas e transformadoras que convirjam para o fornecimento de produtos e serviços que garantam a participação da Universidade Federal do Tocantins na construção de uma sociedade mais justa e sustentável”. Buscou-se com essa inserção “categorizar as iniciativas da universidade que norteiam as ações e atividades pedagógicas com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas no que se refere aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (UFT, 2021).

Com essa medida, a Universidade Federal do Tocantins pretende que os “programas educativos a serem concretizados, durante o próximo quinquênio” estejam “de acordo com as especificidades dos cursos de graduação e pós-graduação”, interagindo com as “diretrizes gerais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (UFT, 2021).

Portanto, com essa nova estruturação, busca-se que “a educação, por meio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão”, tenha, nesse processo de institucionalização, de “cumprir um papel fundamental, o de alcance e de envolvimento concreto nas ações para a aceleração da implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, bem como o de pensar de maneira sistêmica em “alinhar as estruturas de governo universitário e as políticas operativas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por meio de estratégias a serem implantadas” (UFT, 2021).

Nesse contexto, caberá então à Instituição de Ensino observar o campo externo para “identificar as lideranças sociais, pois o êxito no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dependerá da ação e da colaboração de todos os setores”; além disso, será necessário “fortalecer o seu compromisso público para a abordagem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; entender o seu papel como facilitadora no diálogo e na ação intersetorial sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

desempenhar o seu papel principal no desenvolvimento e promoção de políticas de desenvolvimento sustentável, pois a comunidade acadêmica terá de assumir o compromisso institucional e entender a importância do setor universitário na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (UFT, 2021).

Nesse mesmo viés, da trajetória para implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foi instituída, na Universidade Federal do Tocantins (UFT), uma Política de Extensão, que tem nos seus princípios o “compromisso com a aceleração da implementação da Agenda 2030 Global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por meio do alinhamento das atividades propostas aos objetivos e metas do desenvolvimento sustentável”. Outras medidas seguiram para sedimentar o caminho para o alcance da institucionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como a inserção definitiva da Agenda 2030 no ensino, pesquisa e extensão do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e a criação, no Curso de Direito, da disciplina “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

Evidente que com esses avanços foi possível inserir nas atividades aqui descritas alunos do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), bem como alunos da Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Direito nas atividades desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, todas voltadas para as ações de aceleração para a implantação da Agenda 2030. Nota-se, então, que as atividades desenvolvidas passaram a agregar vários níveis de escolaridade, da Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) à Graduação e ao Ensino Médio.

Interessante ressaltar que esses avanços aqui descritos propiciaram a internacionalização institucional com o destaque no *The Impact Rankings 2021* da Revista Britânica *Times Higher Education World University Rankings*, que engloba quase 1.400 universidades de 92 países e valoriza a implantação das boas práticas para alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No Ranking das Instituições de Ensino, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) ficou entre as 1.001 melhores instituições de ensino superior do mundo, e em categorias específicas a instituição apresentou desempenhos destacados, nos ODS: Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Saúde e Bem-Estar (ODS 3) e Parceria para os Objetivos (ODS 17).

Por fim, embora não seja objeto em análise desta publicação, destacamos que, em 2021, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Tocantins ofereceu o curso anual de Assessores Populares em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estruturado num projeto pedagógico híbrido, com aulas síncronas e atividades assíncronas,

condição que possibilitou realizar o curso com aulas ao vivo, por plataforma de transmissão de videoconferência e por plataforma de EaD, com depósito de materiais de apoio, exercícios e demais atividades assíncronas. Esse curso foi ministrado na modalidade de extensão, com oferecimento livre e aberto para toda a comunidade.

O detalhamento deste curso oferecido se encontra neste livro no capítulo intitulado: formação de multiplicadores populares. Também, neste ano, pelos trabalhos desenvolvidos desde 2018, foram concluídas dissertações tratando do tema, bem como estão sendo desenvolvidas orientações, em nível de mestrado e doutorado, voltadas para debates aprofundados da Agenda 2030. Complementando, pelo terceiro ano, os trabalhos foram apresentados no Circuito Urbano 2021, do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos da ONU-Habitat.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante destacar que esta análise denota a importância da propagação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no ambiente acadêmico, para que, assim, a comunidade compreenda a importância de ações e estilos de vida sustentáveis.

Dessarte, concluímos que articular as ações acadêmicas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é fundamental, tanto no campo interno, para produção do conhecimento, como no externo, para a integração da sociedade com o poder público na formulação de políticas públicas, para alcançarmos os objetivos e metas da Agenda 2030.

Por fim, observa-se que, mesmo diante dos desafios apresentados, a Universidade Federal do Tocantins vem construindo a passos largos uma trajetória importante para a institucionalização da Agenda 2030; especialmente no campo interno, apresenta um grande avanço devido ao apoio das várias ações desenvolvidas; todavia, será necessária mais atenção para a articulação governamental, com estabelecimento de parcerias com municípios, pela essencialidade na implantação da Agenda.

Este trabalho originou a publicação na revista Conexão UEPG, detalhando os passos das ações relativas ao processo e caminhos trilhados pela UFT para a institucionalização da Agenda 2030, nas suas atividades internas de ensino, pesquisa e extensão, bem como nas atividades de extensão universitária na busca do relacionamento comunitário.

REFERÊNCIAS

- BAZZOLI, J. A. Agenda 2030: extensão como trajeto para institucionalização. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, p. 01-16, nov. 2021. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/19494>. Acesso em: 01 dez. 2021
- BAZZOLI, J. A.; LIMA, F. S.A.; BORGES, H. R. P. S. S.; ALVES, J. J. D.; RODRIGUES, S. G.; RODRIGUES, W. A articulação e implementação do centro de desenvolvimento regional na região metropolitana de Palmas: um relato de experiência. **Revista Extensão Unitins**, Palmas, v. 3, n. 2, p. 71-80, dez. 2019: Interculturalidade e metodologias participativas na extensão universitária. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/extensao/article/view/1861>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. Agenda 2030: **ODS - Metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8855>. Acesso em: 15 ago.2021.
- NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **17 objetivos para transformar nosso mundo**. ONU, 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional**. ONU, 2016. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/roteiro-para-a-localizacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sust.html>. Acesso em: 17 ago. 2021.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Tradução: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). 2016. Disponível em: https://mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2021-2025. Aprovado pela Resolução nº 38/CONSUNI/2021, de 23 de abril de 2021. Tocantins: UFT, 2021. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/l6G29vJbQ1kIp_eqtOvgw. Acesso em: 27 dez. 2021.

CAPÍTULO 6 – FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES POPULARES

Maria da Vitoria Costa e Silva¹

Italo Schelive Correia²

João Aparecido Bazzoli³

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Neste capítulo se pretende relatar como a Agenda 2030 passou a protagonizar as atividades de Extensão Universitária do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e discutir os reflexos transversais deste procedimento nos componentes programáticos e nas demais atividades do curso.

Para tratar do assunto proposto, é necessário situar os leitores na Agenda 2030 enquanto plano global coordenado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esse plano de ação, aprovado em 2015 durante a Cúpula da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável, tem objetivos desafiadores, entre eles terminar com a pobreza e com a fome, proteger o meio ambiente e garantir que as pessoas possam desfrutar da paz universal em igualdade de direitos; sem deixar ninguém para trás, nem comprometer as gerações futuras. Essa agenda é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que precisam dos arranjos organizacionais e da participação social para que os ODS e suas metas sejam atingidos até 2030 (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

É importante destacar que o Relatório de Metas de Desenvolvimento Sustentável 2021 da ONU apontou retrocessos para a implementação dos ODS em razão da pandemia ocasionada

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/10364483133337673351>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1753-3351>. E-mail: costavitoria@uft.edu.br

² Doutorando em Desenvolvimento Regional pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2679493489646247>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7858-4531>. E-mail: italo.schelive@uft.edu.br

³ Professor associado na Universidade Federal do Tocantins (UFT) no Curso de Direito. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UFT). Mestre pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Doutor pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Pós-doutoramento pela Universidade de Lisboa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4167300930863457>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7123-2023>. E-mail: jbazzoli@mail.uft.edu.br

pelo Sars-CoV-2 (COVID-19), bem como mostrou evidências de que os impactos decorrentes dessa pandemia servem como espelho para o mundo verificar e buscar soluções para os problemas profundos e enraizados nas sociedades modernas, incluindo a proteção social insuficiente, sistemas fracos de saúde pública, cobertura de saúde inadequada, desigualdades estruturais, degradação ambiental e mudanças climáticas, que podem comprometer as gerações presentes e futuras (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Diante desse cenário, estudos apontam que as estratégias e as decisões dos arranjos organizacionais, articulados por meio de ações intersetoriais e participativas, especialmente no âmbito das Universidades, são cruciais para evitar um retrocesso no desenvolvimento econômico, social e ambiental em tempos de COVID-19 (NILSSON *et al.*, 2018; WEITZ *et al.*, 2018).

Nesse mesmo perfilhar, o sexto Relatório de Avaliação Climática 2021, publicado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021), chama a atenção para o aumento do aquecimento global, responsável por graves transtornos ao meio ambiente e ao bem-estar das pessoas no planeta terra. Os avaliadores identificaram que provavelmente a influência da ação humana seja o principal motor do recuo global das geleiras desde a década de 1990 e pela diminuição da área de gelo do Mar Ártico entre 1979-1988 e 2010-2019 (IPCC, 2021).

Tudo isso justifica o objetivo deste relato de experiência, que analisa a ação de extensão universitária promovida pelo “Curso de Assessores Populares em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, na formação de multiplicadores para atuar na disseminação do conhecimento básico sobre a Agenda 2030. A inovação desta ação é que o Curso foi organizado e ministrado pelos acadêmicos do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT), em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e apoio institucionais da Rede ODS Brasil (GT/CTI) e do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico.

Em análise empírica inicial, é possível compreender que a formação de multiplicadores populares por meio da extensão universitária protagonizou esta ação, isto com a finalidade de qualificar e contribuir na disseminação local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. E, neste sentido, teve o enfoque principal de estimular a população à consciência cidadã e ao interesse pela participação social, especialmente nas discussões sobre o direito à cidade.

Após essa contextualização inicial e para facilitar o entendimento do leitor, este capítulo foi dividido em quatro etapas: uma breve introdução, que apresenta a ação estudada e a sua relação com a Agenda 2030; em seguida, define-se o percurso metodológico e a estrutura do

trabalho; na sequência, revela-se a prática extensiva aplicada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) – nesse ponto se aborda especificamente a formação dos multiplicadores em ODS e se pontuam os primeiros resultados encontrados; e, finalmente, destacam-se as vantagens dessa prática extensiva, para além disso, pontua-se sobre a institucionalização da Agenda 2030 pela UFT, com vistas à contribuir em nível local e regional para a disseminação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia qualitativa aplicada ao trabalho se amparou no método hipotético-dedutivo e na pesquisa-ação, com respaldo na técnica de pesquisa de análise do processo de construção do Curso Assessores Populares em ODS, que foi elaborado e organizado por acadêmicos do PPGDR/UFT. Este Curso foi estruturado na modalidade de estudo híbrido, com momentos síncronos e assíncronos, utilizou também, recursos tecnológicos agrupados em uma plataforma de Ensino a Distância (EAD) e de transmissão ao vivo pelas redes sociais.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com fundamento empírico, realizada em estreita associação com uma ação em que os próprios pesquisadores estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo, ou seja, “a pesquisa-ação é uma estratégia metodológica da pesquisa social” pautada numa ampla e explícita interação entre pesquisadores com o objetivo de resolver ou, pelo menos, esclarecer os problemas da situação observada, pretendendo aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o “nível de consciência” das pessoas e grupos envolvidos na ação, visando a otimizar o seu percurso e aplicação (THIOLLENT, 2011).

Assim, foi a partir da pesquisa-ação se examinou o processo de construção do Curso estudado, considerando a sua modalidade de extensão universitária da UFT, bem como se observou o processo de organização das aulas pelos acadêmicos vinculados aos componentes curriculares “Seminários Interdisciplinares em Desenvolvimento Regional (I e II)” do PPGDR (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins).

Este curso foi preparado didaticamente para ser desenvolvido em três módulos, de forma sincrônica e assincrônica, tendo uma carga horária de 30h, usando recursos tecnológicos agrupados na plataforma de EAD e com transmissão ao vivo pelas redes sociais. O Curso foi organizado e ministrado pelos acadêmicos do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT). As atividades síncronas foram desenvolvidas por meio de aulas expositivas, palestras, discussões entre professores e experts, que atuaram em debates articulados com a Agenda 2030. As tarefas

assíncronas compreendem atividades como leituras, exercícios, vídeos, *podcast* e outras ferramentas tecnológicas que subsidiaram o andamento dessa prática formativa em desenvolvimento sustentável.

Em coerência com os tempos atuais, todas as atividades do curso foram executadas a distância, em decorrência das medidas de isolamento social, recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em tempos de pandemia da COVID-19.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de facilitar a compreensão desta publicação, optou-se pela apresentação do conteúdo no formato de perguntas e respostas, cuja dimensão esclarece os pontos relevantes da prática de extensão universitária relativa ao Curso de Assessores Populares em ODS.

3.1. Em que consiste este Curso?

O Curso “Assessores Populares em ODS” foi uma proposta de extensão universitária do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT) e vinculado aos componentes curriculares “Seminários Interdisciplinares I e II”. Na aplicação desses componentes acadêmicos, os estudantes são orientados e estimulados a pensar na Agenda 2030 para além da sala de aula; com a pretensão de que os acúmulos de conhecimento produzidos pela aplicação do conteúdo desses componentes curriculares sejam produtos de estudos aprofundados sobre o tema e pela troca de experiências com a sociedade.

3.2. Qual é o objetivo do Curso?

Formar cidadãos multiplicadores que contribuam com a disseminação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em escala local e regional, e o intento de que a Agenda 2030 se torne uma realidade.

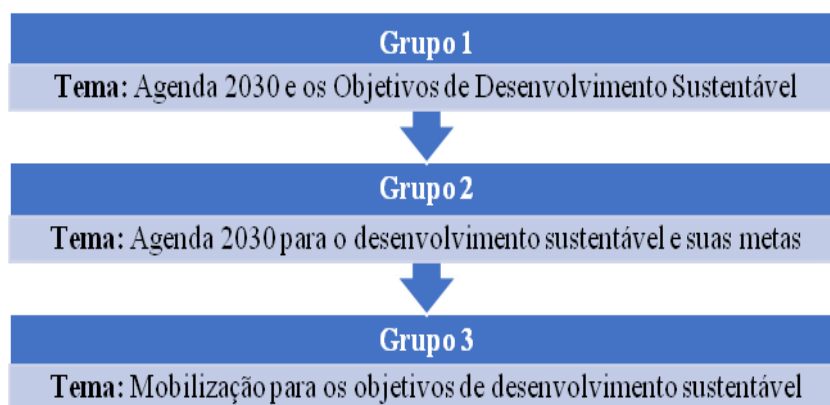
3.3. Quais os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atividades da ação de extensão, já que as aulas, em decorrência da pandemia de COVID-19, estão sendo realizadas de forma remota?

Os acadêmicos responsáveis por ministrar o Curso passaram por um processo de preparo prévio, receberam aulas expositivas dialogadas e foram submetidos a uma revisão

bibliográfica, que os habilitou a executar integralmente esta proposta. Para além disso, participaram de palestras e de diálogos com especialistas, por meio de atividades específicas de qualificação, como aprofundamento sobre a Agenda 2030, a promoção do diálogo sobre experiências de implantação dos ODS em municípios brasileiros, a compreensão do papel da Organização das Nações Unidas (ONU) no estímulo e no apoio à implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, entre outros assuntos abordados; de conexão clara com a preparação necessária para que esse grupo de acadêmicos tivessem segurança e pudessem ministrar as aulas do Curso, com qualidade.

Outrossim, agregando-se ao conjunto de atividades de qualificação citadas, a turma foi orientada a proceder leituras atuais e a participar de reuniões de trabalho semanais, de seminários e de oficinas temáticas. Essas atividades preparatórias possibilitaram, por indicadores avaliativos, habilitar a turma para a efetivação da ação de ministrar as aulas do Curso, divididos em três grupos temáticos e com a missão de elaborar o projeto pedagógico e montar a estrutura do Curso (Figura 1).

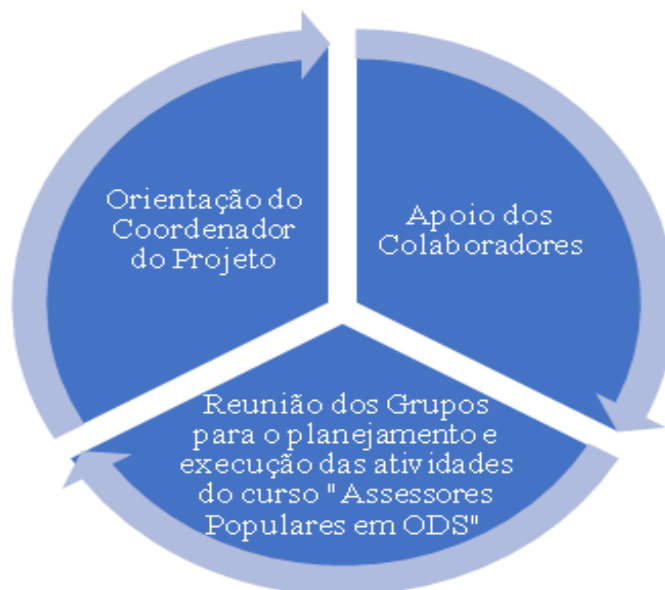
Figura 1 – Divisão dos grupos e temas



Fonte: (PPC/PPGDR, 2021).

A partir dessa sistematização de grupos e temas, iniciou-se o exercício de ouvir e tentar entender as demandas locais para a construção de uma proposta pedagógica adequada à realidade, no sentido tanto da percepção da inclusão de demandas como para tradução da linguagem apropriada para o diálogo comunitário. Nesse sentido, foi importante a coleta de materiais, a produção de vídeos específicos e a busca de outras mídias complementares para o apoio didático. O processo de construção do projeto contou com a participação de todo o grupo envolvido, e se estabeleceu um fluxo de atividades, de acompanhamento, de monitoramento e de verificação do atendimento ao padrão de qualidade pré-estabelecido (Figura 2).

Figura 2 – Fluxograma das atividades práticas do Curso



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Com esse estudo, foi possível realizar observações empíricas iniciais das atividades desenvolvidas pelos acadêmicos e afirmar que este formato de proposta coletiva e participativa despertou no grupo o espírito de liderança, de colaboração mútua, percebeu-se um sentimento de pertencimento à proposta acadêmica ampla e, principalmente, pelo interesse de trabalhar em equipe; conectando esses fenômenos indicados ao meio da interação dialógica desenvolvida entre os participantes da elaboração do Curso.

Nesse sentido, detectou-se que, durante a construção dos módulos do Curso, os acadêmicos interagiram com membros da comunidade para compreender suas demandas locais. A riqueza dessa interação permitiu a coleta de informações e demandas, assim como traduziu-se em momento de se adequar a linguagem para melhorar a atividade de ministração das aulas.

Nesse aspecto, o estabelecimento do diálogo com a comunidade e a contribuição popular possibilitou a obtenção de colaborações importantes que enriqueceram a proposta pedagógica a partir de ementas qualificadas e de conteúdo aplicado ao cotidiano. Assim, os acadêmicos se apropriaram do processo e da sistematização aplicada, incluindo diversos conteúdos que fortalecem o papel cidadão no olhar do meio ambiente, entre eles entrevistas realizadas com lideranças locais, pequenos registros documentários, vídeos temáticos e momentos lúdicos com a participação de cantores e poetas regionais que propuseram narrativas sobre a história da comunidade e as suas práticas sociais, culturais e econômicas.

Essa construção coletiva resultou na junção entre as demandas locais e a visão de ações e mecanismos voltados para a compreensão da necessidade de disseminar a Agenda 2030

e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Foi possível, nesse contexto, construir uma proposta pedagógica e estruturar conteúdo alinhado aos interesses locais e regionais (Quadros 1, 2 e 3).

Quadro 1 – Estrutura do MÓDULO I

AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p>Ministrantes: Suely Pereira Lopes, Edgar Alberto Barbosa de Sousa, Mylena Costa Jacundá e Isaque Fontes Silva.</p>
<p>Objetivo: Apresentar as noções preliminares a respeito da Agenda 2030.</p>
<p>Conteúdo Programático: Preâmbulo do Documento (Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável). Criação na ONU e o motivo da criação da Agenda 2030. A ideia de que estipular metas ajuda a chegar nos objetivos. Objetivos do Milênio e Agenda 2030. Eixos da agenda: social, ambiental e econômico. Os 5Ps: Pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. Brasil e os Objetivos do Milênio. Territorialização e localização da agenda: global, nacional, estadual e municipal. Princípios da Agenda: universalidade e trazer o lema como encerramento “não deixar ninguém pra trás”.</p>

Fonte: (PPGDR/UFT, 2021, p. 12-13).

Quadro 2 – Estrutura do MÓDULO II

AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS METAS
<p>Ministrantes: Antonilson Cardoso Pereira, Mirlene Alves da Silva, Ana Carolina Coelho Marinho Braga e Valério Oliveira Lima Júnior.</p>
<p>Objetivo: Apresentar noções básicas sobre os ODS e as Metas em sustentabilidade.</p>
<p>Conteúdo Programático Definição de Desenvolvimento Sustentável no contexto local. Definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas. Definição de metas finalísticas e metas de implantação. A participação da sociedade civil no processo de negociação da nova Agenda de desenvolvimento sustentável. Os responsáveis pela implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.</p>

Harmonização dos três elementos centrais da Agenda 2030: crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente.

Os tratados, acordos e leis que se vinculam aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os mecanismos de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o planejamento local.

Fonte: (PPGDR/UFT, 2021, p. 13-14).

Quadro 3 – Estrutura do MÓDULO III

MOBILIZAÇÃO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
<p>Ministrantes: Fabrícia de Souza Cyrillo, Hayala Danielle da Silva Mesquita, Jordana Coêlho Gonsalves, Laís Lara Ramalho Nunes e Vitor de Aratanha Maia Araújo.</p>
<p>Objetivo: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p>
<p>Conteúdo Programático Mobilização de recursos e compromissos. Papel da mobilização social e os projetos de reforço ao atendimento da Agenda 2030. Identificação de atores locais colaboradores para a implantação da Agenda 2030. Entendendo os mecanismos para contribuir e dar efetividade à implantação da Agenda 2030. Práticas desenvolvidas por outros projetos que possam contribuir para a efetivação dos ODS a nível local e regional.</p>

Fonte: (PPGDR/UFT, 2021, p. 14).

3.4. Resultados

Assim, pretendeu-se com este estudo examinar o processo de desenvolvimento dessa prática de extensão universitária, especialmente a partir da elaboração do Plano Pedagógico pelos mestrandos (PPGDR/UFT, 2021). Ao fazê-lo, foi possível constatar a evolução do aprendizado dos acadêmicos, principalmente quanto ao conteúdo estruturado nos módulos do Curso ministrado; apresentando coerência e logicidade, perpassando pelo processo histórico de formação da Agenda 2030, seus principais conceitos, objetivos, metas e propósitos.

Essa construção, conforme relatado anteriormente, aconteceu com a participação da comunidade ao longo das fases e atividades de elaboração da proposta pedagógica, computando-se ao contexto que os acadêmicos também ouviram a esfera pública, sobre as suas atividades cotidianas e os desafios para discutir a temática no momento de turbulência política, econômica e sanitária, enfim, a tradução de desejos de um mundo melhor, com oportunidades iguais para todos e todas para 2030.

Como resultado, destaca-se que o Curso “Assessores Populares em ODS” atingiu seu

objetivo de compreender a extensão universitária como protagonista e como meio de levar aos estudantes universitários autonomia e responsabilidade social, traduzidas na intervenção comunitária real, tanto na construção da proposta como na sua aplicabilidade prática.

No mesmo sentido, estas análises empíricas preliminares evidenciaram o entusiasmo dos acadêmicos com a proposta, além de compreender a importância da extensão universitária como estimulante de participação democrática da sociedade e que as práticas dialógicas podem permitir conexões dos saberes comunitários e científicos rumo ao desenvolvimento sustentável. Segundo Morin (2001), o século XXI recomenda mudanças no cenário educacional, ou seja, a educação terá necessidade de se reinventar, pensando no homem do futuro (universal, globalizado e hiperativo), ser capaz de modificar o processo de ensino-aprendizagem e ter enfoque no ensino da condição humana, movido pela razão, afetividade e emoção.

A formação dos jovens estudantes deve perpassar pelo conhecimento teórico e prático, e que esse percurso ocorra por experiências vividas na comunidade, experimentando as mudanças e projetando sugestões para a melhoria dos serviços públicos locais. É neste contexto que o “cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação à sua pátria. O que supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional” (MORIN, 2003, p. 65).

Portanto, tornar-se sujeito de direitos implica no respeito aos saberes e fazeres pela incorporação das experiências vividas em tempos e espaços diferentes, sendo possível pensar na concretização dos princípios da solidariedade e da responsabilidade, da pluralidade e da participação democrática (MORIN, 2013). Por fim, fica como sugestão novos estudos com a finalidade de aprofundar a análise do resultado dessa ação, especialmente em relação ao público externo, pois se reuniu neste estudo pontos ainda incipientes, pela recente conclusão do curso, motivo para incitar a continuidade da análise.

Nessa mesma lógica, com o intuito de verificar as observações internacionais sobre essa proposta, o projeto foi apresentado e acolhido como alternativa à implementação dos ODS no *9th World Sustainability Forum (The 9th WSF)*, organizado pela Universidade de Basel (Suíça), no *Publisher of Open Access Journals (MPDI)*, realizado entre os dias 13 e 15 de setembro de 2021, que, em decorrência da pandemia de COVID-19, foi on-line.

A Figura 3 mostra o pôster apresentado no evento, cujo resumo foi publicado no livro de resumos do evento (WSF, 2021), e a participação nesse evento destacou a importância dessa prática formativa como um mecanismo viável para reforçar a implementação dos ODS em nível local e regional.

Figura 3 – Pôster apresentado no 9th WSF

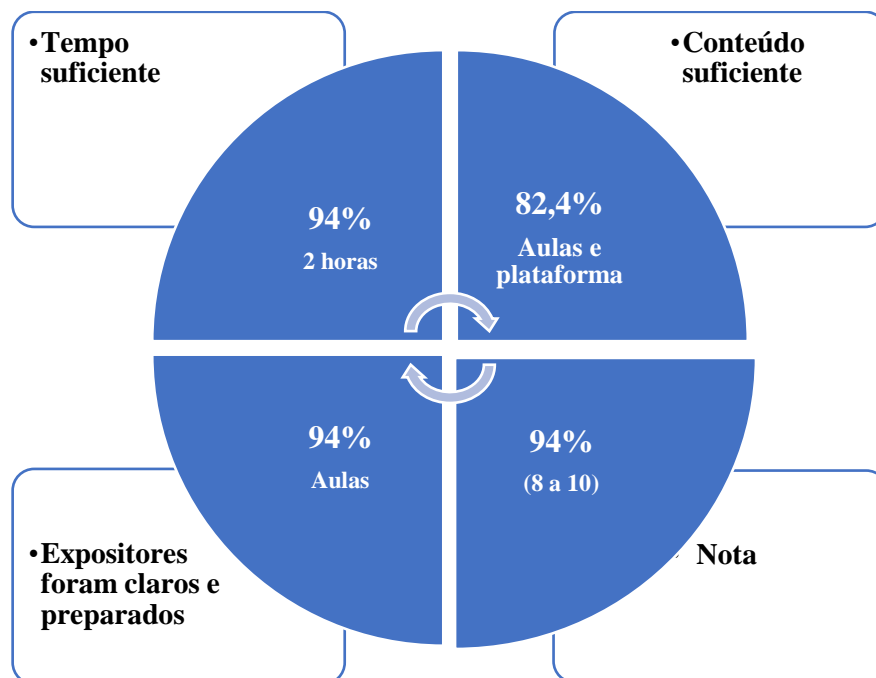
Fonte: *The 9th World Sustainability Forum (SWF, 2021)*.

O Curso Assessores Populares em ODS trouxe mais uma característica essencial para o bom andamento das práticas de extensão universitária, qual seja, o compartilhamento de esforços e saberes entre instituições e entidades, tendo a Universidade Federal do Tocantins (UFT) na execução do curso contado com a parceria da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU) e da Rede ODS Brasil (GT/CTI), mostrando que o diálogo construtivo, a troca de informações e o conhecimento interdisciplinar são canais que permitem avanços no processo de construção de novas possibilidades de pensar, discutir e buscar soluções para os problemas do mundo moderno, que estão cada vez mais complexos.

Interessante ressaltar os resultados positivos da avaliação do público externo, representada pelas 1.183 inscrições e atualmente com a emissão de mais de 400 certificados, demonstrado na figura 3, ficando claro que o Curso Assessores Populares em ODS se apresenta como uma alternativa viável para conectar o aprendizado teórico à práxis. Como demonstrado no trabalho, as aulas estiveram amparadas por processos práticos, ou seja, com momentos de

vivências locais, destacando-se que essa prática formativa serviu como mecanismo viável para reforçar a participação comunitária rumo à implementação dos ODS em nível municipal.

Figura 3 – Avaliação do público externo sobre o curso Assessores Populares em ODS



Fonte: Criação dos autores (2021).

Conforme demonstrado na figura 3, constata-se a satisfação do público externo que participou da respectiva prática formativa por mais sustentabilidade. Em relação à carga horária das aulas de 2 horas, a satisfação foi de 94%; quanto à satisfação dos expositores, a média percentual ficou em torno de 94%; já em relação ao conteúdo aplicado, foi avaliado em 82,4% de satisfação e, por fim, a nota final do curso ficou de 8 a 10 pontos (de 0 a 10), representados por 94%.

Com isso, destaca-se que o Curso Assessores Populares em ODS atingiu o seu objetivo de compreender a extensão universitária como protagonista, um meio de levar aos estudantes universitários autonomia e responsabilidade social, traduzidas na intervenção comunitária real, tanto na construção da proposta como na sua aplicabilidade prática que resultou em 1.183 inscrições realizadas na plataforma Eskada/Uema.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência, ao analisar as atividades de planejamento, discussão e construção do Curso de Assessores Populares em ODS – organizado e ministrado pelos acadêmicos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade

Federal do Tocantins, vinculados aos componentes curriculares “Seminários em Desenvolvimento Regional I e II” do PPGDR/UFT –, constatou que os resultados mostrados evidenciam que a ação de extensão universitária tem despertado o interesse dos acadêmicos em conhecer as interfaces da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Tomados pelos princípios extensionistas, os envolvidos no projeto promovem a integração entre comunidade e universidade, incentivando o diálogo a respeito de pautas e demandas que possam melhorar os problemas urbanos da comunidade, visando à sustentabilidade. Acredita-se que a promoção dessa prática formativa sobre a Agenda 2030 provoque nos atores sociais reflexões sobre as metas globais, contribuindo diretamente para o despertar da consciência cidadã, de forma a assumir seu protagonismo nas discussões e na elaboração de propostas que possam solucionar os problemas locais.

O resultado desta análise evidenciou o papel da extensão universitária como ferramenta efetiva na aceleração da implementação da Agenda 2030, tornando-se um instrumento participativo para a inserção da academia nesse processo formativo, experimentando uma disseminação ampla do tema (ODS) com a formação de agentes multiplicadores.

Nesse sentido, a premissa do estudo foi confirmada, de o papel da extensão universitária ser protagonista efetivo na aceleração da implementação dos ODS, para além disso, despertar aos que receberem a formação básica sobre a Agenda 2030 o conceito de sustentabilidade local, o que permite estimular a consciência cidadã, despertar na sociedade a participação nas discussões sobre o direito à cidade e interagir para propiciar a melhoria na qualidade de vida da população.

Como recomendação, propõe-se que os arranjos organizacionais de institucionalização da Agenda 2030 na UFT, já inclusos nos planos estratégicos e de desenvolvimento institucional, sejam estimulados e fortalecidos, objetivando a efetivação da aceleração para a implantação dos ODS internamente (instituição e comunidade acadêmica) e externamente (sociedade local e regional).

REFERÊNCIAS

AR6 Climate Change 2021: The Physical Science Basis. In: IPCC. [S. l., 2021?]. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>. Acesso em: 17 ago.2021.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya, 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução: Eloá Jacobina, 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade**. Tradução Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

NAÇÕES UNIDAS. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. In: Nações Unidas para o Brasil. [S.l.], 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 22 jul. 2021.

NILSSON, M. *et al.* Mapping interactions between the sustainable development goals: lessons learned and ways forward. **Sustainability Science**, v. 13, n. 6, p. 1489-1503, jul. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11625-018-0604-z>. Acesso em: 24 jul. 2021.

ONU: próximos 18 meses são cruciais nos esforços globais para reverter os impactos da pandemia. In: NAÇÕES Unidas Brasil. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/134651-onu-proximos-18-meses-sao-cruciais-nos-esforcos-globais-para-reverter-os-impactos-da>. Acesso em: 22 jul. 2021.

PPGDR/UFT (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade Federal do Tocantins). **Curso Assessores Populares em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**: Plano Pedagógico. João Aparecido Bazzoli (coord.). Rede ODS, Brasil. [S. l.], 2021.

RELATÓRIO da ONU sobre progresso dos ODS aponta que a COVID-19 está comprometendo avanços no campo social. In: PNUD, [s. l.], 8 jul. 2020. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/relatorio-da-onu-aponta-que-a-covid-19-esta--retardando--decadas.html>. Acesso em: 13 jul. 2021.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

WEITZ, N. *et al.* Towards systemic and contextual priority setting for implementing the 2030 agenda. **Sustainability Science**, Tóquio, v. 13, n. 2, p. 531–548, set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11625-017-0470-0>. Acesso em: 16 ago. 2021.

WSF. **The 9th World Sustainability Forum 13-15 September 2021**. [S. l., 2021?]. Disponível em: <https://wsf-9.sciforum.net/>. Acesso em: 16 set. 2021.

 eduenf

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



15 VIDA TERRESTRE



14 VIDA NA ÁGUA



13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

